

07/02/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Audiências públicas definirão Passe Livre](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Ministério Público investiga trote machista em universidade de Franca](#)

**O GLOBO - RJ**

[Muitas visões da escola](#)

[Governo estuda cobrar taxa por ensino domiciliar](#)

[Manual aprovado pelo MEC propõe brincadeira que encena escravidão](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Educação reduziu o peso dos pais na renda dos filhos](#)

Imprensa Estadual

**A TARDE - BA**

[O ensino online estabelece uma vantagem digital](#)

**CORREIO DA BAHIA - BA**

[Fies vai oferecer 100 mil vagas a juro zero para alunos de baixa renda](#)

**FOLHA DE BOA VISTA - RR**

[Falta de professores continua afetando rede municipal](#)

**J. DO COMMERCIO - PE**

[Mais tempo na escola](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA BRASIL**

[Sisu convoca a partir de hoje candidatos em lista de espera](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Aprovado pelo MEC, manual infantil propõe brincadeira que encena escravidão e causa revolta](#)

**PORTAL EXAME**

[Fies vai oferecer 100 mil vagas a juro zero](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[Fies vai oferecer 100 mil vagas a juro zero para alunos de baixa renda](#)

**R7**

[Esvaziado, Fies atrai menos alunos e reduz opções para mais pobres](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Sisu convoca a partir de hoje candidatos em lista de espera](#)

Agências de notícias e sites

**CIDADE VERDE**

[Uespi oferta 205 bolsas para pesquisas científicas no Pibic e Pibiti](#)

**CONSULTOR JURÍDICO**

[Dez anos depois de acabar com a monarquia, Nepal aprova Código Civil](#)

**FATOS E NOTÍCIAS**

[Fapes oferta 130 bolsas para cursos de mestrado e doutorado](#)

**FOLHA DO MATE**

[Comissão organizadora define tema do Fórum de Educação deste ano](#)

**JORNAL DA CIÊNCIA**

[Embaixadas brasileiras nos EUA e Reino Unido querem mapear a diáspora científica](#)

[Reajuste das bolsas de pós-graduação é urgente e necessário](#)

**MONÓLITOS POST**

[UNICATÓLICA e UNICAP lançam Doutorado Institucional em Direito em Quixadá](#)

## **OLÁ JORNAL**

[Comissão organizadora define tema do Fórum de Educação deste ano](#)

## **PORTAL HOSPITAIS BRASIL**

[Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde demonstra na prática a ciência humanitária](#)

## **QUIXERAMOBIM AGORA**

[UNICATÓLICA e UNICAP lançam Doutorado Interinstitucional em Direito em Quixadá](#)

## **SÃO CARLOS AGORA**

[Bactérias podem ajudar pererecas a atrair parceiros](#)

## **G1**

[Três escolas públicas do DF aprovam educação militar a partir desta segunda; veja o que muda](#)

Imprensa Estadual

## **JORNAL DIA A DIA**

[Aplicativo que permite previsão imediata do clima leva primeiro lugar do Prêmio Péter Murányi 2019](#)

## **MEIO NORTE - PI**

[UESPI oferta 205 bolsas para pesquisas científicas no PIBIC e PIBITI](#)

Agências de notícias e sites

## **G1**

[UFSCar Sorocaba oferece bolsa de pós-doutorado em Ciência da Computação](#)

[Ifro abre inscrições para 22 vagas no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, em RO](#)

## **PLANETA UNIVERSITÁRIO**

[Embaixadas brasileiras nos EUA e Reino Unido querem mapear a diáspora científica](#)

## **AGÊNCIA BRASIL**

[Versão mais rigorosa do Escola Sem Partido é apresentada na Câmara](#)

[Professor é nomeado presidente do FNDE](#)

## **AGÊNCIA CÂMARA**

[Educação e segurança pública serão prioridades do Podemos](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Novo projeto de Escola sem Partido permite que aluno grave professor](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Comissões de verificação já impediram matrícula de 1,5 mil cotistas pelo país](#)

## **CORREIO WEB**

[MEC quer impulsionar Projeto Rondon e retomar educação moral e cívica](#)

## **G1**

[Prouni 2019 divulga o resultado da primeira chamada; veja como consultar](#)

[Computação e Educação Física da Fagoc alcançam Conceito Enade 4](#)

[Faculdade de Ubá oferece curso superior em Estética e Cosmética](#)

[Professores são capacitados para ensinar italiano no fundamental em Jundiá](#)

## **PORTAL EXAME**

[Lucinha Araujo desmente frase de ministro da Educação atribuída a Cazuzu](#)

[Governadores do Nordeste pressionam por revisão da reforma tributária](#)

[Após ameaça de processo, ministro da Educação se retrata com mãe de Cazuzu](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira](#)

## **R7**

[ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira](#)

## TERRA

[ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira](#)

### UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Professor é nomeado presidente do FNDE](#)

[ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira](#)

[Governadores do Nordeste definem prioridades que vão ao Congresso](#)

## CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

### Audiências públicas definirão Passe Livre

**Governo do Distrito Federal trabalha com três alternativas para limitar o benefício e, dessa forma, diminuir o prejuízo no sistema. Debates serão organizados na Câmara Legislativa para que alunos também possam apresentar propostas**

Após a divulgação da ideia de acabar com o Passe Livre Estudantil e diante da polêmica decorrente da proposta, os técnicos do governo analisam três possibilidades para reduzir o déficit no sistema de transporte. A decisão deve ser tomada ainda hoje para que o projeto de lei seja protocolado na Câmara Legislativa na sexta-feira. Uma saída é acabar completamente com as gratuidades, mantendo um abatimento social para que estudantes da rede pública ou bolsistas da rede particular paguem um terço da passagem. A medida reduziria o rombo no sistema em R\$ 170 milhões por ano. Outras duas medidas em discussão são a manutenção do benefício apenas para a rede pública, o que representaria economia de R\$ 113 milhões, ou a cobrança de um terço do valor da passagem para todos os estudantes do DF, garantindo um corte de R\$ 100 milhões ao ano nas despesas.

A proposta final escolhida pelo GDF será debatida por meio de audiências públicas na Câmara Legislativa, onde os estudantes também poderão apresentar ideias. Ontem à tarde, o governador Ibaneis Rocha (MDB) defendeu alterações na legislação. “A ideia é dar gratuidade a quem precisa. Mesmo na rede pública, existem pessoas com condições de arcar com o passe. Em todas as gratuidades, alguém está pagando a conta”, argumentou o chefe do Palácio do Buriti. “É injusto dar passagem livre a quem tem condições de pagar”, acrescentou.

As três propostas estão em análise por representantes e técnicos da Secretaria de Mobilidade, da Casa Civil e da Corregedoria-Geral do DF. Outra determinação do governo é alterar as regras do passe estudantil para introduzir uma série de restrições às viagens realizadas com o cartão. O GDF quer definir um limitador para que os estudantes usem apenas 54 passagens por mês. Outra ideia é restringir as linhas para evitar que o estudante use o transporte para viajar a destinos diferentes dos da escola. “Muitos usam para ir trabalhar. Essa viagem é gratuita para ele, mas tem um custo para o sistema”, alerta o secretário de Mobilidade, Valter Casimiro. “Brasília é a única cidade do Brasil onde a lei prevê a gratuidade irrestrita. Quem paga por isso é a sociedade.”

O corregedor-geral do DF, Aldemário Araújo, cita os exemplos de outras cidades para defender a definição de limites à utilização do benefício. “Em Goiânia, o estudante tem isenção em, no máximo, 48 viagens por mês. Em São Paulo, ele pode fazer duas viagens diárias, com até quatro embarques. Aqui, não há restrições”, critica. O detalhamento de horários e linhas que podem ser usadas não deve ser incluído no projeto de lei do GDF.



A ideia é estabelecer diretrizes gerais para fazer essas restrições e, a partir da aprovação da iniciativa, definir o detalhamento por meio de decreto e portarias.

## Comparação

Além de citar os exemplos de outras grandes cidades brasileiras onde há restrições ao uso do passe estudantil, o governo vai apresentar dados do impacto orçamentário do benefício para tentar convencer os deputados distritais e a sociedade. Em 2010, quando houve a instituição da catraca livre para estudantes, o custo do passe aos cofres públicos era de R\$ 45 milhões por ano. Em 2018, essa despesa alcançou R\$ 300 milhões. As passagens liberadas para alunos representam metade de todas as gratuidades do sistema — idosos acima de 60 anos e deficientes também podem recorrer ao transporte público da capital sem pagar.

O governo alega, ainda, ter herdado uma dívida de R\$ 300 milhões da gestão anterior, só na área da bilhetagem. “Para este ano, tenho um orçamento de R\$ 500 milhões, mas o sistema custa R\$ 600 milhões. É preciso fazer ajustes para poder reduzir essa carga”, argumenta Valter Casimiro. Ele acrescenta que o sistema do transporte público ganhou mecanismos importantes para combater fraudes no uso do passe estudantil, como os equipamentos de biometria facial instalados nos ônibus. O mecanismo começou a ser adotado em maio do ano passado. “Esse sistema evita fraudes, mas não é suficiente para coibir a utilização indevida”, argumenta o secretário de Mobilidade.

Valter Casimiro comentou também a decisão do governo de transferir do DFTrans para o BRB a gestão da bilhetagem eletrônica para que as vendas de créditos sejam realizadas pelo banco. “Isso aumenta a capilaridade e tira o dinheiro do ônibus, aumentando a segurança e reduzindo as chances de roubos. Aumenta também a agilidade”, comenta Valter. Hoje, cerca de 60% das passagens são pagas com cartão e 40%, em dinheiro. O objetivo do governo é ampliar os pagamentos eletrônicos.

## Estudantes querem ampliar o benefício

Em assembleia convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), cerca de 300 pessoas se reuniram na praça Zumbi dos Palmares, no Conic, ontem. Foi aprovada a criação de um projeto de lei — por iniciativa popular ou com o auxílio de um deputado distrital — para a ampliação da gratuidade aos estudantes. A ideia é possibilitar que os alunos possam pegar ônibus e metrô de graça para ir a outros locais que não sejam a escola ou a universidade. Presente na assembleia, o deputado distrital Leandro Grass (Rede) disse ao Correio que está disposto a apresentar o projeto do MPL na sexta-feira. “O Ibaneis apresenta a proposta numa tentativa de reduzir os gastos do governo. Mas, ao mesmo tempo, entrega projeto à Câmara para reduzir o valor do IPVA. É uma medida que vai totalmente contra a tendência da mobilidade urbana”, avalia.

## Em negociação

Propostas em análise no governo para alterar o Passe Livre Estudantil

» Fim do Passe Livre e cobrança de um terço da passagem para estudantes da rede pública ou carentes: por essa proposta, alunos de escolas públicas e aqueles matriculados em escolas privadas que comprovarem renda de até três salários mínimos pagam um terço do valor da passagem. O restante paga tarifa cheia. Alunos da rede particular matriculados com bolsa de estudos também têm o mesmo desconto. A adoção desse modelo representaria uma economia de R\$ 170 milhões aos cofres públicos, mas traria um desgaste político maior para o governo.

» Passe livre para a rede pública: outra proposta em debate pelos técnicos do governo é a manutenção da catraca livre para os matriculados na rede pública, e para os alunos da rede privada que comprovarem renda de até três salários mínimos ou forem bolsistas. Os outros estudantes pagam tarifa cheia. A medida traria uma economia de R\$ 113 milhões.

» Um terço da passagem para todos: a terceira proposta cogitada pelos representantes do GDF é a cobrança de um terço do valor da passagem para todos os estudantes, como determinava a lei que vigorou no Distrito Federal até 2010. O desconto valeria, independentemente do critério de renda. Essas regras reduziriam o déficit do sistema em R\$ 100 milhões.

Outras mudanças no Passe Livre Estudantil

» O governo quer impor limitações no número de viagens para que os estudantes façam, no máximo, 54 embarques por mês no sistema.

» Outra proposta é a imposição de limites de horários para uso do Passe Livre Estudantil.

A ideia é evitar que os alunos usem o cartão nos horários em que não têm aulas.

» O GDF pretende restringir as linhas de ônibus usadas pelos alunos. O objetivo é de que eles só possam usar o cartão nas linhas que circulam entre a residência do jovem cadastrado e a escola onde ele está matriculado.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Ministério Público investiga trote machista em universidade de Franca Universitárias foram coagidas a jurar nunca recusar uma tentativa de coito de um veterano**

São Paulo

O Ministério Público de São Paulo instaurou um inquérito nesta terça (5) para investigar o trote aplicado por veteranos do curso de medicina da Unifran (Universidade de Franca), no qual calouras tiveram que jurar “nunca recusar uma tentativa de coito de um veterano”.

O caso, ocorrido na segunda (4), é investigado pela Promotoria de Justiça de Franca, cidade a cerca de 400 km de São Paulo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/ministerio-publico-investiga-trote-machista-em-universidade-de-franca.shtml>

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Muitas visões da escola**

### **Na Câmara, partidos travam batalha sobre prática de professores em sala de aula BRASÍLIA**

Em apenas três dias de trabalhos legislativos, a Câmara dos Deputados já deu uma amostra da batalha que será travada na área da educação na atual legislatura. Até ontem,

ao menos quatro projetos —três protocolados e uma reapresentação— abordavam a prática de professores em sala de aula.

De um lado, o Escola Sem Partido reescrito, com medidas mais rigorosas para fiscalizar docentes, e a rea-apresentação de versão do projeto arquivada no ano passado. De outro, propostas como o Escola Livre e o Escola Sem Mordança, que defendem a liberdade de cátedra e condenam medidas que restrinjam a prática dos professores em sala. Enquanto a disputa acontece no Congresso, educadores criticam a retomada do Escola Sem Partido, que, para eles, agride a autonomia das escolas.

—A insistência nessa pauta é um desrespeito com o mundo educacional. É uma proposta que fere princípios constitucionais de liberdade de cátedra e de pluralidade pedagógica. A escola tem que ser espaço da pesquisa, e não da atuação desses grupos autoritários, que buscam interditá-la como espaço de construção do cidadão —critica a doutora em Educação pela USP Denise Carreira, coordenadora da Ação Educativa.

O novo texto do Escola Sem Partido, proposto na segunda-feira pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), foi duramente criticado por educadores por propor pontos como o direito dos alunos de gravar as aulas, a criação de um canal para denúncias anônimas sobre o descumprimento da lei e a proibição de grêmios estudantis de fazerem "atividade político-partidária".

— O objetivo do projeto é proteger a criança de doutrinadores. Se um professor estiver agindo como um doutrinador, o aluno tem que ter o direito de se proteger disso — afirmou Kicis.

No mesmo dia, o deputado Pastor Eurico (Patriota-PE) protocolou na Câmara a reapresentação do texto do Escola Sem Partido que havia sido arquivado no fim do ano passado, após seis semanas de discussão em uma comissão especial da Câmara.

Em resposta à ofensiva conservadora, nos últimos dois dias a oposição se movimentou. Alexandre Padilha (PT-SP) e Talíria Petrone (PSOL-RJ) protocolaram dois projetos que defendem o oposto.

— É um projeto que surge da preocupação em relação a iniciativas de mordança que já existiam no ano passado e que se agravam agora, com o início da legislatura. Parece que querem ampliar essas medidas de obscurantismo. É importante que alunos e professores tenham liberdade de divergir sem serem expostos — afirmou Padilha, ao comentar sobre seu projeto, o Escola Livre, dizendo que vai solicitar celeridade em sua tramitação ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

## INCENTIVO AOS GRÊMIOS

A proposta prevê, entre outros aspectos, que as aulas só poderão ser gravadas com consentimento. O projeto, que também se aplica ao ensino superior, altera aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e proíbe ações ou manifestações de calúnia, difamação e injúria e o cerceamento de opiniões. Além disso, veda pressões ou coações que representem violação à liberdade de aprender, ensinar e pesquisar.



O [Escola Sem Mordação](#), proposto por Talíria Petrone, também veda o cerceamento de opiniões e proíbe a gravação sem consentimento, mas traz um diferencial: estabelece que a comunidade escolar e acadêmica deve fomentar a organização democrática estudantil em grêmios, centros acadêmicos e similares, e não proibi-la, como pretende o texto de Bia Kicis.

—Entendemos que escola é um lugar onde os profissionais têm que ter autonomia, e os estudantes, o direito de incidir sobre os rumos da educação e de se organizar para lutar por uma educação de qualidade. O Escola Sem Partido ataca isso quando entende o estudante como uma tábula rasa, e os professores, como perigosos —afirma Talíria.

Um manual feito para orientar professores a se defenderem do Escola Sem Partido, fruto da iniciativa de mais de 60 entidades da área educacional, já registrou mais de 100 mil downloads desde novembro, quando foi lançado. O "Manual de defesa contra a censura nas escolas", apoiado pelo fundo internacional Malala e pelo Ministério Público Federal, traz informações sobre interferências externas nas escolas e a divulgação de vídeos nas redes sociais e disponibiliza contato de redes de apoio para professores que forem alvo de algum tipo de perseguição.

\*Estagiário, sob supervisão de Paula Ferreira

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **Governo estuda cobrar taxa por ensino domiciliar**

BRASÍLIA

A cobrança de uma taxa para pais que optem pela educação domiciliar é uma das medidas que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) estuda para viabilizar a fiscalização do ensino em casa, se a proposta virar lei.

O texto da medida provisória (MP) para regulamentar a modalidade ainda está sendo construído no órgão, e a cobrança de um valor foi uma das propostas aventadas durante as discussões.

A regulamentação do ensino em casa foi uma das metas elencadas pelo governo como prioritárias para os cem primeiros dias de mandato e ficou sob responsabilidade da pasta. Inicialmente, as discussões sobre a proposta passavam ao largo do Ministério da Educação. Mas, segundo interlocutores, as áreas técnicas do MEC e do MDH já estão em contato para definir o desenho da medida provisória que será encaminhada ao Congresso.

### **"DIREITO DE FAMÍLIA"**

Conforme O GLOBO revelou, o texto base da MP foi elaborado pela Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), mas ainda deve passar por modificações dentro do ministério.

De acordo com o governo federal, o protagonismo do MDH no debate se deve ao fato de que a pauta é encarada como um direito de família, e não como uma política para a educação. A redação em discussão deixa claro também a "igualdade de direitos" entre famílias que adotam o regime domiciliar e o regime escolar.

O tema é controverso entre especialistas que temem que a proposta possa pavimentar o terreno para uma educação acrítica, já que o fato de não estarem inseridas em um ambiente escolar privaria crianças da pluralidade proporcionada pelo convívio social. Especialistas apontam ainda que a escola tem uma função importante de proteger crianças e identificar riscos como abuso sexual e exploração por parte de familiares e conhecidos.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### **Manual aprovado pelo MEC propõe brincadeira que encena escravidão Distribuído em escolas municipais do Rio, livro de atividades para educação física sugere que alunos finjam ser capitães do mato e escravos; editora diz que obra passou por análise crítica**

Um guia de atividades para aulas de educação física, aprovado em 2018 pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuído para escolas municipais do Rio, tem gerado controvérsia. Na página 183, o livro "Manual do professor para a educação física — 3º ao 5º anos" apresenta uma brincadeira que sugere aos docentes dividir alunos de 8 a 10 anos entre capitães do mato e escravos.

Publicado em 2017, o livro orienta o professor a demarcar com giz um espaço na quadra correspondente ao quilombo, e outro, à senzala. Nessa espécie de pique-pega, os alunos recebem um sinal e, a partir dele, os escravos devem fugir para o quilombo. Uma vez capturados, são conduzidos à senzala pelos capitães do mato. Em seguida, trocam-se as funções. O material foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) 2019, por meio do qual o MEC avalia e disponibiliza materiais às escolas públicas.

O item foi alvo de críticas nas redes sociais por encenar a escravidão como uma disputa, subestimando o sofrimento do povo negro durante o período.

Segundo o historiador da UFBA Rômulo Souza, o conteúdo que está antes da indicação da atividade é pertinente, mas perde o sentido com a brincadeira proposta.

—As informações que falam sobre capitães do mato e feitores são condizentes com a faixa etária e corretos. Mas elas estão inseridas em uma atividade que deturpa a própria informação proposta e reafirma uma visão que não pode ser romantizada. Nessa fase da idade, na lógica do polícia e ladrão, facilmente a criança pode ser remetida ao binarismo capitães do mato e escravos —afirma.

A coordenadora editorial do projeto, Jane Gonçalves, representante da Módulo/ Terra Sul Editora, respondeu que "é um livro aprovado pelo MEC, que passou por uma análise crítica. É um manual do professor e contém sugestões, sem a carga racista mencionada".

O selo informou também que entrará em contato com a autora, Roselise Stallivieri, para um posicionamento mais detalhado. Roselise, professora de educação física formada na PUC do Paraná e ex-funcionária da Prefeitura de Curitiba, foi procurada pelo GLOBO, mas não respondeu até a conclusão desta edição. Um texto ao lado da atividade mostra que ela foi inspirada em outro livro, do então Ministério do Esporte, que deixou de existir no atual governo e passou ter suas atribuições repassadas para o MEC. Na obra "Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura", o autor faz uma atividade física



mesclando aspectos históricos, mas diferente do que foi publicado na obra aprovada pelo MEC.

## PROPOSTA ORIGINAL TRATAVA DE INCLUSÃO

A atividade proposta tinha como objetivo mostrar inclusão e solidariedade entre os escravos e os ex-cativos perante a perseguição de capitães do mato. Em comum entre as duas está a divisão em dois espaços: a senzala e o quilombo. A diferença é que, no espaço da senzala, só caberiam três libertos, mas sempre que um mais cansado chegasse lá, outro daria espaço. Por outro lado, quando um ex-escravo apertasse a mão de um cativo na senzala, ele se tornaria livre. A proposta original ainda indica uma concepção de inclusão ao facultar ajuda a escravos com alguma deficiência. "Você pode sugerir que entre os escravos existirão indivíduos com alguma dificuldade como: sem as pernas; sem os braços; obeso etc., que os outros terão que auxiliar, sendo seus tutores", orienta. Nenhuma dessas indicações foi contemplada na atividade proposta pelo manual distribuído para professores do Rio.

—A interdisciplinaridade é importante, e a atividade física pode ser um excelente meio para isso —opina Viviane Montserrat, pedagoga especializada em livros didáticos pela USP.—Só que ela não pode acontecer sem dar atenção aos valores de cada disciplina que está sendo contemplada. Neste caso, o conteúdo da História não foi contemplado. Isso, provavelmente, gera um problema na aprendizagem futura sobre a escravidão, por exemplo. O que deveria ajudar acaba atrapalhando.

O Ministério da Educação e a Secretaria Municipal de Educação do Rio não responderam aos questionamentos da reportagem.

topo ↕

### **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

#### **Educação reduziu o peso dos pais na renda dos filhos**

Para o especialista, porém, para que a desigualdade de oportunidades continue a cair, problemas como a evasão escolar no ensino médio e o acesso ao ensino superior precisam ser atacados.

Duque explica que o levantamento foi possível porque, em 1996 e 2014, foram incluídos dois suplementos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que as pessoas respondiam a escolaridade e ocupação dos seus pais quando os entrevistados tinham 15 anos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6107859/educacao-reduziu-o-peso-dos-pais-na-renda-dos-filhos>

topo ↕

### **A TARDE - BA - OPINIÃO**

#### **O ensino online estabelece uma vantagem digital**

Marcelo Ferreira

Gerente de inovação de ensino digital da Estácio

A tecnologia da informação afeta em todos os aspectos da atividade humana e, com a educação, seu impacto é inevitável. Um cidadão digitalmente alfabetizado será capaz de aprender e assumir a responsabilidade por seu aprendizado, o que resultará no

crescimento da demanda por educação e, por consequência, na percepção da necessidade de mais equipamentos e ferramentas que auxiliem no ciclo de aprendizado.

Com a tecnologia da informação, os estudantes podem decidir sobre o estudo, o horário, o local e os recursos. No ambiente digital, os alunos podem compartilhar suas ideias e experiências e ainda usar a ajuda de outros alunos e professores. Sala de aula digital compreende todas as formas de ensino e aprendizagem apoiada eletronicamente.

Os sistemas de informação e comunicação, conectados ou não, servem como mídia específica para implementar o processo de aprendizagem. Os aplicativos e processos de sala de aula digital incluem aprendizado baseado na web e em computador, oportunidades de sala de aula virtual e colaboração digital.

De acordo com o último Censo da Educação Superior, existem mais de um milhão de alunos matriculados em cursos de graduação a distância no Brasil e o número não para de crescer. São milhares de novos cursos superiores autorizados pelo MEC todo ano e essa modalidade de ensino tem tornado possível o sonho do diploma para muitas pessoas que antes não tinham acesso a uma universidade, seja por morarem longe dos grandes centros, por falta de tempo ou de condições para se locomover até a faculdade todos os dias.

Com o avanço das TDIC (Tecnologia Digital de Informação e Comunicação), o ensino e a aprendizagem ultrapassaram os limites da sala de aula tradicional, permitindo que novas formas de ensinar e aprender possibilitassem maior flexibilidade de tempo e espaço. Existem inúmeras razões pelas quais a tecnologia é um aspecto fundamental da aprendizagem. Gostando ou não, a tecnologia está em toda parte e alunos e docentes precisam conhecê-la para se apropriar.

Os novos currículos contemporâneos devem orientar os professores como mediadores do desenvolvimento de aprendizes adaptáveis e flexíveis que sabem como assumir novas tarefas e situações, de forma rápida e fácil. Aos docentes que não sabem como integrar melhor a tecnologia à sala de aula, recomenda-se que eles comecem com as ferramentas que usam todos os dias, como e-mail ou mídia social. Além disso, dispositivos móveis como smartphones e tablets são as principais ferramentas de tecnologia para muitos.

Os alunos precisarão ser bons comunicadores para discutir com competência os tópicos uns com os outros, compartilhar suas ideias, demonstrar habilidades e serem capazes de trabalhar em conjunto.

topo ↕

## **CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL**

### **Fies vai oferecer 100 mil vagas a juro zero para alunos de baixa renda Renda familiar bruta mensal por pessoa não pode ultrapassar três salários mínimos**

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) vai ofertar 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies. Os números foram divulgados há pouco pelo Ministério da Educação (MEC). As inscrições para o programa começam amanhã (7) e vão até o dia 14.

O Fies a juro zero é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não

ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não exceda cinco salários mínimos.

O financiamento mínimo na modalidade juro zero é de 50% do curso escolhido, desde que o limite financiável não passe de R\$ 42.983,70 por semestre. Essa condição passou a valer a partir da edição do segundo semestre de 2018.

Podem participar os estudantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2010, e obtiveram média das notas nas provas igual ou superior a 450. Além disso não podem ter zerado a redação.

Os bolsista parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, poderão participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

#### Cronograma

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. Na página do Fies está disponível uma sessão de perguntas e respostas para tirar as dúvidas, como como será feito o pagamento do financiamento, quais as taxas que serão cobradas e quais os benefícios concedidos.

O resultado da pré-seleção referente ao processo seletivo do primeiro semestre de 2019 para as modalidade Fies e P-Fies será divulgado no dia 25 de fevereiro.

Os candidatos pré-selecionados na modalidade Fies, deverão acessar o Fies Seleção, e complementar sua inscrição para contratação do financiamento no referido sistema, no período de 26 de fevereiro a 7 de março. A pré-seleção dos participantes da lista de espera será de 27 de fevereiro a 10 de abril.

[topo](#)

#### **FOLHA DE BOA VISTA - RR - POLÍTICA**

##### **Falta de professores continua afetando rede municipal EDUCAÇÃO BÁSICA**

A falta de professores e a indefinição do início das aulas na rede municipal continuam sendo alvo de reclamação de pais e responsáveis de alunos da educação básica. As reclamações rechearam a página da Prefeitura de Boa Vista (PMBV) nas redes sociais nos últimos dias, com relatos de problemas em unidades nos bairros Cruviana, Bela Vista, Jôquei Clube e Equatorial.

As reclamações variam entre a demora no início das aulas que deveriam ter começado em todas as unidades no dia 30 de janeiro, a falta de previsão de quando elas vão ser retomadas, ausência de professores suficientes, atraso na entrega do fardamento e até a falta de central de ar para os alunos.

A informação é que muitas unidades ainda estão sem aulas por causa do cronograma do concurso público da Prefeitura de Boa Vista homologado recentemente. O resultado final do seletivo da Secretaria Municipal de Educação foi divulgado em 23 de janeiro no Diário Oficial do Município (DOM).

A cerimônia de posse ocorreu em 24 de janeiro. Já a lotação dos novos servidores, entre



professores pedagogos, educadores físicos, merendeiros, motoristas, controladores de acesso e auxiliares de apoio administrativo, aconteceu nos dias 25, 26 e 28 de janeiro.

Ou seja, a lotação dos servidores concursados e temporários ocorreu somente dois dias antes da data marcada para início das aulas da rede municipal, fazendo com que muitos dos profissionais não tivessem tempo suficiente para cumprir suas obrigações nos antigos trabalhos, como aviso prévio para se apresentar nas escolas, comprometendo a oferta de aulas nas unidades.

OUTRO LADO – A Folha entrou em contato com a Secretaria Municipal de Educação, para saber sobre o posicionamento quanto às reclamações dos pais e se há alguma previsão de quando os serviços vão se normalizar. No entanto, a reportagem não recebeu retorno da administração municipal.

ENTENDA – Desde o anúncio do início das aulas da rede municipal de ensino, a Folha de Boa Vista vem relatando problemas denunciados por pais de alunos, principalmente por falta de professores.

No dia 1º de fevereiro, a informação era que a Escola Municipal Laucides Inácio de Oliveira, que fica na Avenida A, no Conjunto Pérola, bairro Dr. Airton Rocha, tinha um déficit de 25 professores. Já na Escola Municipal Rujane Severiano dos Santos, que fica na Rua Euclides Gomes da Silva, bairro Alvorada, faltavam pelo menos sete professores. (P.C.)

topo ↕

## **J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO**

### **Mais tempo na escola**

O aumento do número de escolas da rede estadual de ensino em modelo de tempo integral é um sinal do reconhecimento de política pública transformada em referência para a educação em Pernambuco e no Brasil. Até o final do mês, segundo anúncio do governador Paulo Câmara, 24 unidades irão se integrar ao modelo, totalizando 410 escolas do ensino médio atendendo, nos dois turnos, a mais de 143 mil estudantes. A rede pública estadual é formada por 1.060 escolas, onde estudam 580 mil alunos.

O modelo considerado exemplar começou a ser implantado há 15 anos, em 2004, na gestão Jarbas Vasconcelos. Desde então, vem sendo ampliado, conquistando destaque nacional na passagem de Mendonça Filho pelo governo de Michel Temer. Atualmente, em todo o País, cerca de 10% dos estudantes nos níveis fundamental e médio cumprem 7 horas ou mais por dia no ambiente escolar, carga horária que caracteriza o ensino de tempo integral. No governo Temer, com a reforma do ensino médio, o modelo integral recebeu status de lei.

Com incentivo oficial voltado para a melhoria da qualidade do aprendizado, e do aproveitamento do conteúdo didático pelos alunos. Ainda não está clara a posição do governo Jair Bolsonaro em relação a essa política. Em princípio, as mudanças devem permanecer em fase de implementação, enquanto o MEC promove a avaliação do modelo a partir da análise de evidências dos resultados alcançados no desempenho da rede pública. “A gente tem notícia de que as escolas de ensino médio têm tido sucesso em tempo integral.

Existem diversos modelos, vamos acompanhar”, declarou na semana passada o

secretário-executivo do MEC, Luiz Antonio Tozi, reafirmando que o foco da atual gestão deve ser a alfabetização. Em mensagem enviada ao Congresso, o presidente da República deu a entender que os programas em andamento serão observados, não para serem descontinuados, mas aprimorados. Desta forma, espera-se que o ensino em tempo integral seja reforçado e expandido na gestão Bolsonaro, replicando em território nacional a fórmula de uma política de Estado para a educação que vem dando bons frutos em Pernambuco. Resta saber se o apoio financeiro do governo federal às escolas que adotarem o sistema integral - apoio estimado em R\$ 1,5 bilhão até 2020 - continua nos planos do MEC. A aposta também é feita em outros estados.

No Ceará, são 252 unidades, ou 35% da rede. Em Alagoas e no Rio Grande do Norte, a meta é atender 50% da rede até 2022. Mas o incentivo federal é crucial em alguns casos. Em Goiás, 47 escolas do fundamental deixarão de funcionar em tempo integral este ano por falta do repasse que financia o modelo. Como demonstra o caso de Pernambuco, a continuidade da política de educação que investe no ensino integral, na esteira da reforma do ensino médio, é necessária em todas as esferas de governo. Com articulação e empenho para o objetivo comum. Se o Brasil quer mudar o patamar da educação, mais tempo na escola deve ser a primeira lição.

topo ↕

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **Sisu convoca a partir de hoje candidatos em lista de espera**

A partir de hoje (7), as instituições públicas de ensino vão convocar os candidatos em lista de espera para preencher as vagas que não foram ocupadas na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Cabe agora aos candidatos inscritos acompanhar as convocações nas próprias instituições. Os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso tiveram até o último dia 5 para aderir à lista.

Os candidatos puderam escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção feita na hora da inscrição.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não puderam participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Aprovado pelo MEC, manual infantil propõe brincadeira que encena escravidão e causa revolta**

#### **Publicação sugere que professor designe alunos como capitães do mato para capturar escravos e conduzi-los à senzala**

RIO - Um guia de atividades para aulas de educação física, aprovado em 2018 pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuído para escolas municipais do Rio, tem gerado controvérsia. Na página 183, o livro “Manual do professor para a educação física — 3º ao 5º anos” apresenta uma brincadeira que sugere aos docentes dividir alunos de 8

a 10 anos entre capitães do mato e escravos.

Publicado em 2017, o livro orienta o professor a demarcar com giz um espaço na quadra correspondente ao quilombo, e outro, à senzala. Nessa espécie de pique-pega, os alunos recebem um sinal e, a partir dele, os escravos devem fugir para o quilombo. Uma vez capturados, são conduzidos à senzala pelos capitães do mato. Em seguida, trocam-se as funções. O material foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) 2019, por meio do qual o MEC avalia e disponibiliza materiais às escolas públicas.

O item foi alvo de críticas nas redes sociais por encenar a escravidão como uma disputa, subestimando o sofrimento do povo negro durante o período.

Segundo o historiador da UFBA Rômulo Souza, o conteúdo que está antes da indicação da atividade é pertinente, mas perde o sentido com a brincadeira proposta.

— As informações que falam sobre capitães do mato e feitores são condizentes com a faixa etária e corretos. Mas elas estão inseridas em uma atividade que deturpa a própria informação proposta e reafirma uma visão que não pode ser romantizada. Nessa fase da idade, na lógica do polícia e ladrão, facilmente a criança pode ser remetida ao binarismo capitães do mato e escravos — afirma.

A coordenadora editorial do projeto, Jane Gonçalves, representante da Módulo/TerraSul Editora, respondeu que “é um livro aprovado pelo MEC, que passou por uma análise crítica. É um manual do professor e contém sugestões, sem a carga racista mencionada”.

O selo informou também que entrará em contato com a autora, Roselise Stallivieri, para um posicionamento mais detalhado. Roselise, professora de educação física formada na PUC do Paraná e ex-funcionária da Prefeitura de Curitiba, foi procurada pelo GLOBO, mas não respondeu até a conclusão desta edição.

Um texto ao lado da atividade mostra que ela foi inspirada em outro livro, do então Ministério do Esporte, que deixou de existir no atual governo e passou ter suas atribuições repassadas para o MEC. Na obra “Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura”, o autor faz uma atividade física mesclando aspectos históricos, mas diferente do que foi publicado na obra aprovada pelo MEC.

Proposta original tratava de inclusão

A atividade proposta tinha como objetivo mostrar inclusão e solidariedade entre os escravos e os ex-cativos perante a perseguição de capitães do mato. Em comum entre as duas está a divisão em dois espaços: a senzala e o quilombo. A diferença é que, no espaço da senzala, só caberiam três libertos, mas sempre que um mais cansado chegasse lá, outro daria espaço. Por outro lado, quando um ex-escravo apertasse a mão de um cativo na senzala, ele se tornaria livre.

A proposta original ainda indica uma concepção de inclusão ao facultar ajuda a escravos com alguma deficiência.

“Você pode sugerir que entre os escravos existirão indivíduos com alguma dificuldade



como: sem as pernas; sem os braços; obeso etc., que os outros terão que auxiliar, sendo seus tutores”, orienta.

Nenhuma dessas indicações foi contemplada na atividade proposta pelo manual distribuído para professores do Rio.

— A interdisciplinaridade é importante, e a atividade física pode ser um excelente meio para isso — opina Viviane Montserrat, pedagoga especializada em livros didáticos pela USP. — Só que ela não pode acontecer sem dar atenção aos valores de cada disciplina que está sendo contemplada. Neste caso, o conteúdo da História não foi contemplado. Isso, provavelmente, gera um problema na aprendizagem futura sobre a escravidão, por exemplo. O que deveria ajudar acaba atrapalhando.

O Ministério da Educação e a Secretaria Municipal de Educação do Rio não responderam aos questionamentos da reportagem.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

**Fies vai oferecer 100 mil vagas a juro zero**

**Inscrições para o programa começam amanhã (7) e vão até o dia 14; podem participar estudantes com renda familiar bruta de até 5 salários mínimos por pessoa**

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) vai ofertar 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies. Os números foram divulgados há pouco pelo Ministério da Educação (MEC). As inscrições para o programa começam amanhã (7) e vão até o dia 14.

O Fies a juro zero é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não exceda cinco salários mínimos.

O financiamento mínimo na modalidade juro zero é de 50% do curso escolhido, desde que o limite financiável não passe de R\$ 42.983,70 por semestre. Essa condição passou a valer a partir da edição do segundo semestre de 2018.

Podem participar os estudantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2010, e obtiveram média das notas nas provas igual ou superior a 450. Além disso não podem ter zerado a redação.

Os bolsista parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, poderão participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

### **Cronograma**

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. Na página do Fies está disponível uma sessão de perguntas e respostas para tirar as dúvidas, como como será feito o pagamento do financiamento, quais as taxas que serão cobradas e quais os benefícios concedidos.

O resultado da pré-seleção referente ao processo seletivo do primeiro semestre de 2019 para as modalidades Fies e P-Fies será divulgado no dia 25 de fevereiro.

Os candidatos pré-selecionados na modalidade Fies, deverão acessar o FiesSeleção, e complementar sua inscrição para contratação do financiamento no referido sistema, no período de 26 de fevereiro a 7 de março. A pré-seleção dos participantes da lista de espera será de 27 de fevereiro a 10 de abril.

topo ↕

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### **Fies vai oferecer 100 mil vagas a juro zero para alunos de baixa renda**

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) vai ofertar 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies. Os números foram divulgados há pouco pelo Ministério da Educação (MEC). As inscrições para o programa começam amanhã (7) e vão até o dia 14.

O Fies a juro zero é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não exceda cinco salários mínimos.

O financiamento mínimo na modalidade juro zero é de 50% do curso escolhido, desde que o limite financiável não passe de R\$ 42.983,70 por semestre. Essa condição passou a valer a partir da edição do segundo semestre de 2018.

Podem participar os estudantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2010, e obtiveram média das notas nas provas igual ou superior a 450. Além disso não podem ter zerado a redação.

Os bolsista parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, poderão participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

## Cronograma

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. Na página do Fies está disponível uma sessão de perguntas e respostas para tirar as dúvidas, como como será feito o pagamento do financiamento, quais as taxas que serão cobradas e quais os benefícios concedidos.

O resultado da pré-seleção referente ao processo seletivo do primeiro semestre de 2019 para as modalidade Fies e P-Fies será divulgado no dia 25 de fevereiro.

Os candidatos pré-selecionados na modalidade Fies, deverão acessar o FiesSeleção, e complementar sua inscrição para contratação do financiamento no referido sistema, no período de 26 de fevereiro a 7 de março. A pré-seleção dos participantes da lista de espera será de 27 de fevereiro a 10 de abril.

topo ↕

## R7 - TEMPO REAL

### **Esvaziado, Fies atrai menos alunos e reduz opções para mais pobres**

### **Inscrições abrem nesta quinta-feira (7), mas o programa deste ano está mais enxuto e a diminuição de contratos coloca em dúvida sua continuidade**

As inscrições para o Financiamento Estudantil (Fies), que financia alunos em cursos de graduação privados, abrem nesta quinta-feira (7), mas o programa deste ano está bem

mais enxuto. Além disso, a queda do número de contratos nos últimos dois anos põe em dúvida a sua continuidade.

O programa do Ministério da Educação (MEC) é buscado por estudantes como Gabriela Morais, 22 anos, que pretende cursar medicina veterinária. Ela já tentou contratar o Fies duas vezes e não conseguiu por causa da renda. "Meu pai é professor da Secretaria de Educação. Eles consideram que os professores ganham bem, mas não consideram que eles são super endividados, têm salários congelados há anos", conta a jovem. "Tem muita gente que precisa e não consegue o Fies. Eles precisavam rever o programa", defende.

Com dificuldades, a família da Gabriela tentou pagar a faculdade por três semestres, mas a jovem precisou trancar os estudos. "A faculdade é integral, não dava nem para trabalhar", explica. Com o sonho adiado, Gabriela conta que fica ansiosa sem saber os rumos que sua vida vai tomar. Agora, ela pretende achar um cursinho gratuito para estudar e tentar passar na Universidade de Brasília (UnB), instituição pública que não cobra mensalidade.

Quando Gabriela buscou o Fies, o auge do programa já havia passado. O número de contratos disparou durante o primeiro governo Dilma Rousseff (PT), de 76 mil em 2010 para 733 mil em 2014, com juros abaixo da inflação, obtenção do financiamento a qualquer momento do ano e prazo de quitação maior. Mas o programa começou a perder força no início do mandato seguinte, com 287 mil estudantes beneficiados em 2015.

Passado o boom, a oferta de financiamento recuou ao patamar do início da década - serão oferecidos 100 mil contratos por ano até 2021. Mas a demanda não para de crescer.

40% não têm como pagar mensalidade

Em 2010, 4,7 milhões de brasileiros estavam matriculados em cursos superiores privados. Nos oito anos seguintes, a população do país cresceu em 9,4%, enquanto a quantidade de alunos em faculdades privadas aumentou em 42%. Essa fatia representa quase 3/4 dos mais de 8 milhões de matriculados no ensino superior atualmente.

Segundo um estudo realizado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes) em parceria a empresa Educa Insights, 40% dos estudantes não têm condições de arcar sozinhos com as despesas da mensalidade nos cursos de graduação. O mesmo levantamento aponta que 51% dos estudantes acharam que as últimas mudanças no Fies dificultaram o acesso ao programa e mais da metade dos estudantes nunca nem ouviu falar do P-Fies (quando o financiamento é feito por um banco privado).

Na família Chaves, o Fies foi um sucesso e um fracasso. Jaqueline, de 25 anos, conseguiu o Fies em 2012 e em 2016 terminou seu curso de jornalismo em uma instituição privada de Brasília. Atualmente, paga prestações de um pouco mais de R\$ 300 referentes ao financiamento com juros. Na época em que ela contratou o empréstimo, os juros eram subsidiados e as regras do programa eram bem mais flexíveis.



Já a irmã Julianie Chaves, de 20 anos, tentou contratar o Fies em 2017, após as principais alterações no programa, mas não teve sucesso. A estudante, então, optou por pagar a faculdade de fisioterapia. Ela ainda conseguiu uma bolsa parcial por ter tirado uma boa nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mas ainda assim as mensalidades ultrapassam R\$ 1.000.

Julianie sentou para conversar com o pai, que é servidor público, para ver se ele teria condições de arcar com os custos. "Ele fez as contas e disse que sim, mas estou vendo a hora que não vai dar mais", lamenta.

"O Fies, como está agora, não tem condições. Vejo pela minha turma mesmo, só tenho três colegas que conseguiram o Fies e ainda é preciso fazer um jogo de cintura", critica a estudante.

Para o coordenador de Relações Internacionais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Leandro Tessler, o modelo do programa antigamente era ruim e sem controle, mas com as últimas mudanças ele passou a ser ineficiente. "O Fies se transformou em uma modalidade de financiamento como outra qualquer. Deixou de ter função social."

#### Baixa adesão

Atualmente, o Fies pode ser contratado por quem tirou nota igual ou superior a 450 pontos no Enem, e que não tenha zerado a redação. As vagas ofertadas na modalidade governamental são limitadas e têm taxa de juros zero. Nesse caso, o interessado precisa ter renda familiar mensal per capita de até três salários mínimos.

Para os estudantes que tenham renda entre três e cinco salários mínimos, existe a possibilidade de contratar a modalidade recente do P-Fies - com taxa de juros fixa de 6,5% ao ano. "O governo federal quis aumentar a participação das instituições privadas, porque eles acreditam na corresponsabilidade", explica o consultor legislativo na área de financiamento estudantil, Ricardo Martins.

Ele atuou juntamente com o deputado Alex Canziani (PTB-PR), relator da Medida Provisória 785/17, que reformulou o Fies. Para Martins, as mudanças tornaram sustentável o programa. "O resultado hoje é uma limitação da participação do governo federal no Fies, que conseqüentemente freia a expansão de vagas."

Ainda assim, ele afirma que essa modalidade do Fies não deslanchou porque algumas instituições hesitam em aderir.

As instituições de ensino superior privadas têm demonstrado preocupação com a baixa adesão ao programa. Membros da Abmes tentam audiência com o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), para debater melhorias no programa. Segundo o assessor jurídico da entidade, Bruno Coimbra, o formato não tem despertado o interesse dos estudantes.

"As mudanças, principalmente do P-Fies, ainda são muito tímidas. Acreditamos que o governo precisa criar mais vagas, e os bancos privados e de fomento, abraçar a causa", disse Coimbra. Para ele, o Fies deve ser visto como um investimento em educação.

"Tem caráter social e de incremento para economia. Defendemos uma estruturação

responsável do programa, também não nos interessa alunos inadimplentes", diz Coimbra.

No modelo de crescimento acelerado no governo Dilma, as instituições privadas recebiam repasses do governo federal para bancar os alunos do Fies. O grupo Kroton-Anhanguera foi a empresa que mais recebeu pagamentos do governo federal em 2014. Foram repassados mais de R\$ 2 bilhões para 12 mantenedoras do grupo.

#### PublicidadeFechar anúncio

Segundo Paulo Meyer, especialista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o programa tinha tantas facilidades que muitas instituições privadas incentivavam os estudantes a contratarem o financiamento mesmo podendo pagar a mensalidade. Por isso, o orçamento multiplicou e o número de contratos nesse período também, mas a média anual de aumento de estudantes na rede privada passou de 5%, entre 2003 e 2009 para 3% a partir de 2010.

Já as mensalidades aumentaram desde 2011, em média, 2,9% ao ano, como apontaram dados elaborados pela CM Consultoria com base na Análise Setorial do Ensino Superior Privado da Hoper Educação. Sendo assim, os gastos do governo federal saltaram 647% desde 2011, enquanto o número de contratos cresceu quase a metade, 374%. No período, foram R\$ 24 bilhões de recursos do Tesouro e 1,2 milhão de novos contratos.

#### Modelo internacional

O novo modelo do Fies é baseado parcialmente em práticas de financiamentos estudantis bem sucedidas em outros países como Austrália, Inglaterra e Nova Zelândia. Na época da formulação da lei, houve troca de experiências entre o governo federal e especialistas australianos que vieram ao Brasil.

No novo formato do Fies, o estudante pode pagar o financiamento no futuro de acordo com a sua renda. O desconto será feito direto em folha no caso dos recém-formados que tiverem emprego formal. Quem não estiver empregado, terá descontada apenas uma parcela mínima de mesmo valor cobrado durante o curso.

Isso na opinião de Meyer, do Ipea, é positivo porque dá ao estudante uma certa segurança de que ao final ele vai conseguir pagar, mesmo que pouco. No entanto, segundo ele, os estudantes ainda têm muito receio de firmar contratos, principalmente porque não entendem como o programa funciona.

No ano passado, o governo de Michel Temer (MDB) pretendia incluir 310 mil novos alunos no Fies. De acordo com o Ministério da Educação, das 100 mil vagas ofertadas na modalidade governamental com taxa de juros zero, foram firmados 82 mil contratos. Já na modalidade denominada de P-Fies, mais de 2.500 contratos estão em andamento.

Meyer critica ainda a modalidade do governo federal a juros zero por falta de sustentabilidade financeira. "O subsídio é ainda maior do que antes", afirma. Na opinião do economista, para bancar o novo formato, o governo federal precisou garantir algumas amarras. "Para o governo dar juros zero significa que ele está pegando subsídios de outras fontes. O dinheiro para o governo não é de graça, por isso ele está colocando complicações. O empréstimo para ele sai caro", conclui Meyer.

A alternativa, segundo Meyer, seria o crédito educativo com amortizações condicionadas à renda. Ele defende que as prestações sejam coletadas pelo Imposto de Renda, porque é mais uma garantia para o estudante. "No momento em que a Receita Federal conseguisse identificar renda, eles começariam a cobrar", explica. O especialista afirma que, no longo prazo, o Fies precisa voltar a se expandir, mas com um mecanismo eficiente de coleta dos pagamentos.

A estratégia do governo federal para o segmento inclui também o Programa Universidade para Todos (Prouni), que distribui bolsas em instituições particulares para estudantes de baixa renda. Desde 2005, já atendeu a mais de 2,4 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais - o desempenho no Enem serve como um dos critérios de seleção.

Em resposta à reportagem sobre o futuro dos programas federais para o ensino superior, o MEC afirmou que "em 2018 as políticas públicas de acesso ao ensino superior do MEC foram responsáveis pela oferta de mais de 640 mil vagas à população brasileira, em instituições públicas e privadas. Novas informações oficiais sobre o Fies serão divulgadas oportunamente."

**Inadimplência se aproxima de 50%**

Mais mudanças nas regras do Fies passaram a valer no início de 2018 para contratos novos. Os estudantes com financiamento em andamento poderão migrar aos poucos.

A principal alteração foi o fim da carência de 18 meses. O estudante deverá iniciar o pagamento no mês seguinte ao término do curso, desde que esteja empregado. O prazo máximo para pagamento será de 14 anos.

O dinheiro será descontado diretamente do salário, por meio do eSocial do INSS. Com isso, o governo federal espera a redução da inadimplência no cumprimento dos contratos, limitação do risco da União, melhora nas condições de financiamento e racionalização das amortizações.

Dados divulgados pelo MEC mostram que a taxa de inadimplência é de quase 50%. De acordo com o órgão, mais de 450 mil ex-alunos que já estão na fase de amortização não estão em dia com o pagamento das parcelas.

Para auxiliar nesse processo, foi criado o Programa Especial de Regularização do Fies para aqueles que tiverem contratos atrasados, com parcelas vencidas até 30 de abril de 2017, possam fazer o pagamento quitando 20% do saldo em cinco vezes e o restante em até 175 parcelas. Com isso, o MEC espera que a inadimplência caia para 30%.

Outra medida de garantia prevista na nova lei do Fies é a implementação de um Fundo Garantidor, que deve ter recursos do governo federal e também das instituições privadas. A ideia é que os riscos sejam compartilhados com as universidades. A informação oficial é de que o fundo garantidor do Fies cobriria 90% da inadimplência do programa estudantil com recursos provenientes das instituições de ensino. O fundo seria formado por recursos enviados pelas próprias universidades, que reverteriam 6,25% das mensalidades financiadas para isso.



topo ↗

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **Sisu convoca a partir de hoje candidatos em lista de espera**

A partir de hoje (7), as instituições públicas de ensino vão convocar os candidatos em lista de espera para preencher as vagas que não foram ocupadas na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Cabe agora aos candidatos inscritos acompanhar as convocações nas próprias instituições. Os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso tiveram até o último dia 5 para aderir à lista.

Os candidatos puderam escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção feita na hora da inscrição.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não puderam participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

## **CIDADE VERDE - TEMPO REAL**

### **Uespi oferta 205 bolsas para pesquisas científicas no Pibic e Pibiti**

A Universidade Estadual do Piauí abre edital com 205 bolsas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) 2019-2020. Do total, são 198 para Pibic e 7 para Pibiti. As inscrições estarão abertas durante o período de 18 de Março a 27 de abril de 2019.

De acordo com o diretor do Departamento de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROP), Gustavo Gusmão, é importante que os alunos participem dos programas para o desenvolvimento dos conhecimentos metodológicos dentro da graduação. “O papel da universidade é principalmente proporcionar ao aluno esse contato teórico-prático com as pesquisas que envolvem suas áreas de conhecimento. O aluno ao ser orientado por um professor experiente abre mais ainda suas perspectivas e seu campo de ideias”, pontua.

As pesquisas abrangem todas as áreas do conhecimento. O professor Tadeu Barbosa, do curso de agronomia do campus de Uruçuí, por exemplo, desenvolveu uma pesquisa sobre a Resistência da Curuquerê do Algodoeiro à Inseticidas, dentro da área de Ciências Agrárias, com as alunas Maria Félix Gomes e Tainara Moura Sousa. O trabalho foi premiado em 1º lugar no XVIII Simpósio de Produção Científica e o XVII Seminário de Iniciação Científica em 2018.

A pesquisa mostra que a medida em que o nível tecnológico e a extensão territorial da cultura do algodão aumenta, também aumenta a pressão por fatores bióticos, dentre eles as pragas, como é o caso da Lagarta Curuquerê, considerada uma das piores pragas do algodão. O objetivo do trabalho foi determinar a magnitude da resistência da praga Curuquerê aos inseticidas.

Segundo o professor Tadeu Barbosa, os resultados da pesquisa têm gerado informações para os diferentes níveis da sociedade agrícola, especialmente para o Cerrado do Sul do Piauí, onde as pequenas áreas, com baixo grau de investimento, passaram a ser substituídas pela agricultura empresarial. “Ao pesquisarem, as alunas tiveram contato direto com a realidade que lidarão na sua carreira profissional. Enquanto perspectivas futuras, devido às informações geradas nesse trabalho, espera-se o aumento da renda e geração de emprego, sobretudo pela melhoria da produção da cultura do algodão”, destaca o docente que integra o Laboratório de Toxicologia de Inseticidas do campus de Uruçuí.

A orientanda, Maria Félix Gomes, destaca sobre a importância do aluno conhecer o campo de pesquisa: “É importante a inserção do acadêmico na pesquisa científica, quando isso acontece creio que leva o aluno a buscar cada vez mais o conhecimento durante sua graduação e até mesmo após, como foi o meu caso. Hoje nós sabemos que a Agricultura é o que movimenta em boa parte a economia nacional, e as pragas agrícolas são uma ameaça para esse setor, daí a importância de estudá-las”, disse aluna que está ingressando no mestrado.

#### Inscrições no Pibic e Pibiti

Os programas PIBIC e Pibiti tem como objetivo o apoio às atividades de pesquisa científicas realizadas por docentes e discentes da Universidade. Os pesquisadores interessados devem realizar as inscrições pelo SIGPROP, por meio do preenchimento dos dados cadastrais do(a) orientador(a), no período de 18 de Março a 27 de abril de 2019. Cada pesquisador poderá submeter até 4 projetos, independente da modalidade. No sistema será feito o cadastro da área de conhecimento da **Capes**, onde o pesquisador deseja que o seu projeto de pesquisa seja avaliado, cadastro do Currículo Lattes, preenchimento da planilha de produção acadêmica, cadastro do projeto de pesquisa, cadastro do(a) discente e geração do comprovante de submissão da proposta.

Os programas buscam estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Além disso, despertam a vocação científica e incentivam talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa.

[topo](#)

#### **CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL**

##### **Dez anos depois de acabar com a monarquia, Nepal aprova Código Civil**

Nas cordilheiras do Himalaia está o ponto mais alto do mundo, o monte Everest. Naquelas terras, nasceu o fundador do budismo, uma das grandes religiões da humanidade, Sidarta Gautama, o Buda. Fazendo fronteira com China e Índia, encerra-se um antiquíssimo e pequeno país, o Nepal, fundado em 1093 e que se converteu em uma república há pouco mais de dez anos, após séculos sob o regime monárquico.

Sem grandes recursos e uma economia muito precária, o Nepal é mais conhecido pelo Everest, por ser o berço do budismo, por sua bandeira de feições singulares (a única não retangular do planeta) e pelos gurkas, um povo guerreiro cujas origens datam do século VIII, que até hoje fornece homens para unidades militares de elite do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e da Índia. Conhecidos por sua ferocidade nos campos de batalha, os gurkas nepaleses tiveram participação central na Guerra das Malvinas em

1982, quando os britânicos derrotaram os argentinos.

Já o sal rosa do Himalaia, que está na moda em vários centros gastronômicos do mundo, não é nepalês, como seu título faz crer. Na verdade, é um produto de exportação paquistanês, extraído das minas de Khewra, na parte do Himalaia que corta o território do Paquistão.

Birenda (1945-2001), o penúltimo rei do Nepal, governou o país entre 1972 e 2001, quando foi assassinado, juntamente com a rainha, pelo príncipe herdeiro (filho mais velho de Birenda). Tudo ocorreu em um banquete no Palácio Real e o assassino terminou morrendo na ocasião. As estranhas circunstâncias do regicídio, até hoje envoltas em teorias conspiratórias, levaram ao trono o irmão do falecido rei, o príncipe Gyanendra.

Figura impopular e sem as credenciais democráticas do irmão, que havia instaurado uma monarquia parlamentar em 1990, o novo rei terminou por restaurar o absolutismo, o que gerou uma inesperada aliança entre os partidos políticos oficiais e o proscrito Partido Comunista do Nepal, de tendências maoístas, que liderava uma guerra civil. Com o fracasso de sua administração e o recrudescimento de protestos populares, o rei Gyanendra viu-se obrigado a restabelecer o governo parlamentar.

Na sequência, instado a abdicar a fim de salvar a monarquia, Gyanendra aferrou-se ao trono e com isso levou o regime a seu fim. Com uma emenda à Constituição, o Nepal tornou-se uma república em 2007 e foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte. A dinastia Shah, que havia institucionalizado a monarquia em 1768, deixava o poder melancolicamente no início do século XXI.

A chegada dos comunistas ao poder refletiu um câmbio de influências estrangeiras no Nepal. A China passou a ocupar posição privilegiada, ao passo em que o Estado nepalês iniciou, desde 2007, um lento processo de abandono da herança hindu. O laicismo substituiu a natureza semirreligiosa da monarquia de vinculação hindu. A sociedade de castas avança para uma integração compulsória de não hindus aos postos de comando. Esses impulsos se converteram em normas com a Constituição nepalesa de 2015.

O apoio da Índia às forças anticomunistas e o movimento de defesa das tradições hindus não foram suficientes para barrar o avanço do secularismo. Some-se a isso a impopularidade do ex-rei Gyanendra. Até hoje há fortes suspeitas de que ele organizou o assassinato da família real e jogou a responsabilidade sobre o príncipe-herdeiro.

Um dos reflexos da nova Constituição e do novo regime nepalês está na reforma dos códigos. Até agosto de 2018, vigorava no país o Código da Nação, em nepalês Muluki Ain, promulgado em 1963, pelo então rei Mahendra. Esse código lembra as antigas consolidações europeias do século XVIII e início do século XIX: ele compreendia o equivalente moderno a um código penal, um código civil e um código processual.

Dividido em 4 Partes, antecedido de um Preâmbulo, o código geral nepalês compreendia um título preliminar (parte 1), dois capítulos sobre procedimentos judiciais (parte 2), 22 capítulos sobre uma pletora de assuntos, como garantias, herança, doação, insolvência e falência, partilha, direito de propriedade, direito agrário, edificações e construções, dentre outros (parte 3) e outros 19 capítulos (parte 4), relativos a questões



penais, casamento, moral e bons costumes, dentre outras matérias.

Embora elaborado nos anos 1960, o antigo código geral nepalês era marcado por uma linguagem arcaica e pouco acessível, que remontava, em muitas passagens ao Código de Justiça do século XIV.

As duas novas codificações foram elaboradas por comissões lideradas, respectivamente, pelos ex-presidentes da Suprema Corte nepalesa Kalyan Shrestha e Khil Raj Regmi. Sua aprovação deu-se sob a gestão do primeiro-ministro Khadga Prasad Sharma Oli, ele próprio um ex-presos político por 14 anos.[1]

O novo Código Civil nepalês possui um título preliminar com definições elementares sobre conceitos como tribunal, direito, pessoa, réu, propriedade e outros.

O capítulo 2 é dedicado aos princípios gerais do Direito Civil, como os relativos à personalidade, aos atos ilícitos, à responsabilidade civil, ao reconhecimento de direitos de estrangeiros ou à inescusabilidade da ignorância da lei. O capítulo 3 ocupa-se dos direitos civis da igualdade, da não discriminação (que é vedada em razão de religião, cor, casta, tribo, sexo, origem, língua e convicções ideológicas), das liberdades fundamentais (de expressão, de reunião e associação, de domicílio e locomoção, de propriedade, de profissão dentre outros. Assegura-se a liberdade contratual, da liberdade de trabalhar e de adquirir a propriedade (de acordo com o direito e com o bem público).

A Parte 2 do Código Civil tem por objeto os direitos subjetivos, neles se compreendendo também os direitos da personalidade. Toda pessoa é imediatamente reconhecida como tal, a partir do nascimento, adquirindo direitos assegurados por lei (item 30). Assegura-se também o direito ao nome (item 31). A capacidade civil é atingida aos 18 anos (item 32), ao passo em que a incapacidade relativa compreenderá a idade de 10 a 18 anos incompletos (item 34).

A personalidade jurídica dos entes coletivos é também reconhecida após o registro (item 42).

As regras sobre a insolvência civil da pessoa natural são objeto do capítulo 3 da Parte 2 do Código Civil nepalês. Concede-se um número significativo de itens a esse tema, o que é muito interessante por revelar as características locais como determinantes do interesse do legislador.

Há ainda normas como estas: (a) permissivas da redesignação sexual; (b) modificativas das regras de casamento, sem necessidade de observância dos preceitos hindus; (c) extintivas das distinções entre filhos legítimos e ilegítimos (o que representa a normatização de um precedente da Suprema Corte nepalesa de 1995); (d) que asseguram direitos iguais entre homens e mulheres para herdar.

No campo da responsabilidade civil, o ato ilícito é conceituado como uma ação omissiva ou comissiva, de caráter culposo, causadora de danos materiais ou imateriais. Há, porém, muitas imprecisões quando se cuida dos atos ilícitos em espécie. Não há clareza sobre o caráter objetivo ou subjetivo da conduta, muito menos sobre o ônus da prova. O código dedica um título específico para a responsabilidade por fato do produto.

As regras sobre prescrição terminaram por se distribuir ao longo dos capítulos do novo código.

A nova codificação nepalesa abre espaços interessantes para o teste de duas teses que defendi em minha livre-docência, às quais tomo a liberdade de retomar nesta coluna.[2]

A primeira está em que o processo de codificação não se arruinou, ao contrário do que se defendia desde os anos 1960 até início da década de 2000.[3] Os novos códigos da Argentina (2015), República Checa (2014), Romênia (2011) e Timor-Leste (2011) são apenas alguns exemplos desse processo nesta década. Autores como João Baptista Villela, José de Oliveira Ascensão, Francisco Amaral, Mario Delgado e Dário Moura Vicente, a quem tive a oportunidade de citar na tese, também se posicionam em ordem a reconhecer o caráter contemporâneo das codificações ou recodificações, a exemplo das reformas alemã (2002) e francesa (2016), que, para alguns, seriam verdadeiros novos códigos e não simples reformas.

A segunda hipótese que o código nepalês permite testar recai no caráter ancilar dos câmbios normativos às mudanças sociais. Um novo código não modifica o modo como a sociedade se organiza, seus valores e sua visão sobre determinados standards morais, relativos aos costumes ou à distribuição de riqueza. Diga-se algo semelhante em relação à jurisprudência e seu suposto caráter iluminista.[4]

O Nepal era conhecido como um Estado religioso, organizado por castas e de valores tradicionais. O quanto essas notas características eram reais ou apenas uma superfície que não correspondia ao núcleo da sociedade é algo a se refletir.

Certo é que, com o regicídio de 2001 e a impopularidade quase universal do último rei, as bases da identidade nacional nepalesa (monarquia, Exército e hinduísmo) não conseguiram manter as estruturas jurídicas, algo que se pode atribuir à perda de significado dessas bases para o povo. Como resultado disso, houve eleições e a abolição da monarquia sem resistência. Nas eleições subsequentes, os partidos monarquistas foram reduzidos a uma cadeira no Parlamento.

Os câmbios normativos do código civil em matéria de família, costumes e direitos subjetivos provavelmente acompanham essas mudanças no mindset da população. Eventuais descompassos nesse campo certamente conduzirão a novas alterações normativas, a exemplo do caso iraniano, após a queda da monarquia de Mohammed Rhexa, xá Pahlevi (“luz dos arianos”, “rei dos reis”), em 1979, com a revolução liderada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini.

O novo Código Civil do Nepal não se conecta com um modelo de codificação de matriz francesa ou alemã, as duas mais importantes do processo codificador dos últimos 200 anos. Não há uma parte geral no sentido próprio. O conteúdo das normas reproduz preceitos do revogado Código Nacional, do direito consuetudinário nepalês, do Direito Internacional (especialmente de tratados e convenções firmados pelo Nepal recentemente) e de códigos estrangeiros, estas últimas fontes em proporções menores. A preocupação com o didatismo é evidente. Os codificadores assumem também a possibilidade de alterarem rapidamente o código caso haja problemas de adaptação de seu conteúdo à nova realidade nacional pós-monárquica.

[1] Disponível em: <https://thehimalayantimes.com/nepal/new-criminal-civil-codes-come-into-effect/>. Acesso em 5-2-2019.

[2] RODRIGUES JR., Otavio Luiz. Direito Civil contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

[3] RODRIGUES JR., Otavio Luiz. Direito Civil contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p.116-117.

[4] RODRIGUES JR., Otavio Luiz. Direito Civil contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p.80-81.

topo ↕

## FATOS E NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Fapes oferta 130 bolsas para cursos de mestrado e doutorado Somados, os recursos ultrapassam os R\$ 6,7 milhões**

São mais de 120 cursos de mestrado e doutorado (Foto: Portal Governo do ES)

A formação de pesquisadores no estado capixaba é garantida pela presença de 75 programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Para apoiar a preparação de mestres e doutores, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) recebe propostas para cotas de bolsa até o dia 10 de fevereiro.

Duas chamadas públicas estão abertas pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Pós-Graduação (PROCAP). A oferta é de 100 bolsas de mestrado, por um período de até 24 meses, e 30 de doutorado, num intervalo de até 48 meses. Somados, os recursos ultrapassam os R\$ 6,7 milhões.

São mais de 120 cursos de mestrado e doutorado, acadêmicos e profissionais, ofertados pelos programas de pós-graduação presentes no Espírito Santo e pelas redes de parcerias com instituições de outros estados, que podem ser contemplados com as bolsas.

Os coordenadores dos programas vinculados a instituições de pesquisa, faculdades e universidades capixabas devem submeter as propostas do PROCAP na Plataforma SigFapes. Toda a documentação necessária, assim como o procedimento de inscrição, está descrita nos editais 29 e 30/2018, disponíveis no [www.fapes.es.gov.br](http://www.fapes.es.gov.br).

“O objetivo é formar recursos humanos qualificados, apoiar a consolidação da pós-graduação no Espírito Santo e a melhoria da sua qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico”, declarou Lucia Aparecida de Queiroz Araújo, que responde como diretora-presidente da Fapes.

As chamadas são fruto da parceria entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), por meio da Fapes, e o Ministério da Educação, por meio da **Capes**.

“O objetivo é formar recursos humanos qualificados, apoiar a consolidação da pós-graduação no Espírito Santo e a melhoria da sua qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico”

topo ↕



## FOLHA DO MATE - NOTÍCIAS

### Comissão organizadora define tema do Fórum de Educação deste ano

A escola contemporânea: práticas criativas e inovadoras na ressignificação das competências cognitivas e emocionais. Este é o tema que vai nortear os debates do 11º Fórum Internacional e 15º Fórum Nacional de Educação de Venâncio Aires.

O evento, destinado a educadores da rede pública e privada, ocorre de 24 a 27 de abril, na Sociedade Olímpica de Venâncio Aires (Sova). As inscrições devem abrir em breve. São esperados cerca de 800 professores.

O objetivo desta edição é instigar educadores a se reinventar em sala de aula, por meio da inovação e da criatividade e estimular produção de conhecimento na era da informação.

Segundo a professora que coordena a organização do Fórum, Alice Theis, a intenção é abordar formas de utilizar as novas tecnologias para inovar os métodos pedagógicos em sala de aula. Enquanto escola precisamos acompanhar a evolução e levar para os alunos todos os conhecimentos armazenados pela humanidade de uma forma renovada e mais criativa, afirma.

Na avaliação da coordenadora pedagógica, o objetivo também é debater mecanismos de promover o desenvolvimento cognitivo, das crianças e adolescentes, de uma forma que possam assimilar o mundo e entender a realidade.

#### Programação

24/04 - quarta-feira

Abertura

Palestrante: Miguel Zabalza

25/04 - quinta-feira

Manhã - Professor Gabriel Perissé - RJ

Tarde - Professor Augusto Teixeira Lich - RS

Noite - Professor Giovanni Matiello - RS

26/04 - sexta-feira

Manhã - Palmira Ramos Tolotti

Tarde - Dr. Nélio Tombini

Noite - Atividade cultural (Peça teatral com o grupo Luz e Cena)

27/04 - sábado

Manhã - Emília Cipriano

11h - Encerramento

#### Conheça os palestrantes

Miguel Zabalza - Ele vem da Espanha, é doutor em Psicologia pela Universidade Complutense de Madri e catedrático de Didática e Organização Escolar. Tem dedicado grande parte de seus estudos à questão do currículo escolar.

Gabriel Perissé - Ele é escritor, com pós-doutorado em História e Filosofia da

Educação. Autor de mais de 20 livros, escreve sobre formação docente, criatividade, ética, formação de leitores e linguagem.

Augusto Niche Teixeira - Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/RS (**Capes 6**). Coordenador da Área de Educação & Cultura da Universidade LaSalle. Membro do Centro de Tecnologias Educacionais do Senac-RS. Líder de Grupo de Educadores Google.

Giovanni Matiello - É formado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) e mestre em Teologia na PUC/RS. É cantor, compositor e palestrante da temática de Valores Humanos.

Palmira Ramos Tolotti - Especialista em Gestão da Educação Municipal e pós-graduada em Políticas Públicas com módulo Internacional em Harvard Kennedy School. Direciona os trabalhos frente à Undime/SP em Políticas Públicas Educacionais, por meio dos Programas Federais e Captação de Recursos.

Dr. Nélio Tombini - É psiquiatra, psicoterapeuta individual e de grupo. É palestrante focado em psicoeducação e consultor direcionado aos entraves nas relações institucionais. Criou o Serviço de Doenças Afetivas da Santa Casa de Porto Alegre. Trabalha na Santa Casa, onde foi diretor da Psiquiatria por 18 anos. Hoje, é diretor da Clínica de Psicoterapia Breve - Psicobreve. Desenvolve workshops sobre os conflitos emocionais no trabalho. Na internet, faz a série de vídeos 5 minutos com o psiquiatra Nélio Tombini, onde aborda os aspectos emocionais vinculados ao cotidiano.

Emília Cipriano - Doutora em educação. Mestre em psicologia da educação. Pedagoga e assistente social. Professora do curso de pós-graduação - PUC/SP. Coordenadora da Consultoria e Assessoria Educacional Aprender a Ser. Membro do Grupo Gestor do Fórum Paulista de Educação Infantil. Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP. Pesquisadora da Infância da Rede de Contextos Integrados. Autora de livros e conferencista em eventos nacionais e internacionais.

topo 

## JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

### **Embaixadas brasileiras nos EUA e Reino Unido querem mapear a diáspora científica**

#### **Objetivo é identificar e criar redes de pesquisadores brasileiros com atuação em ciência, tecnologia e inovação nos dois países**

As embaixadas do Brasil em Washington e Londres querem identificar os brasileiros qualificados, que atuem em áreas ligadas à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em universidades, instituições de pesquisa e em empresas, públicas ou privadas nos Estados Unidos e no Reino Unido.

A ideia é articulá-los em rede e também conectá-los com suas contrapartes em território brasileiro, de forma a facilitar a circulação de ideias, de conhecimento e de experiências e ampliar as oportunidades de intercâmbios científicos e tecnológicos, além de negócios entre os países.

Em entrevista à Agência Fapesp em janeiro de 2018, o embaixador do Brasil em Washington, Sérgio Amaral, sublinhou que a intenção não é disciplinar a cooperação entre brasileiros no Brasil e no exterior, que, como ele disse, já é grande, mas

compartilhar a experiência dos brasileiros que estão nos Estados Unidos.

A embaixada brasileira em Washington realizou dois encontros da diáspora brasileira em CT&I, o primeiro em dezembro de 2017 e o segundo em dezembro de 2018. A embaixada brasileira em Londres fará o primeiro encontro no dia 14 de fevereiro, em Londres, no Workshop: Brazilian Diaspora of Science, Technology and Innovation in the UK. O evento ocorrerá em seguida à Fapesp Week London, que será realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro.

O mapeamento da diáspora brasileira nos Estados Unidos será realizado por pesquisadores do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O acordo que possibilitará essa cooperação foi assinado pelo embaixador Sérgio Amaral e pelo reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, em 7 de dezembro de 2018.

“O projeto tem por objetivo último fazer um diagnóstico e propor políticas para compreender como a CT&I no Brasil pode obter ganhos com a circulação e fixação de brasileiros de alta qualificação e com atuação na área de CT&I nos Estados Unidos”, disse Ana Maria Carneiro, coordenadora do projeto no Nepp.

O desafio, segundo Carneiro, está em produzir subsídios para o “reforço e elaboração de políticas públicas acerca da diáspora brasileira nos Estados Unidos que possam ser mobilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores, em específico, pela Embaixada Brasileira em Washington, a fim de potencializar oportunidades e ganhos para o Brasil”, disse.

Esse diagnóstico inclui estimar o número de brasileiros com atuação na área de CT&I, identificar as áreas geográficas e de conhecimento, instituições de vínculo, conexões já existentes, interação com agências de fomento, entre outros.

A diáspora brasileira nos Estados Unidos soma cerca de 450 mil pessoas, de acordo com estatísticas do American Community Survey. “Outra base de dados, da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], estima que 75 mil têm ensino superior. Os brasileiros com atividades ligadas à CT&I são um subconjunto dos que têm essa qualificação”, disse Carneiro.

Não será possível identificar todos os brasileiros com esse perfil, ela ressalva. Vamos iniciar pela lista de nomes relevantes já identificados pela embaixada em Washington, para os quais enviaremos questionários. A expectativa é que o levantamento se amplie pelo efeito ‘bola de neve’”, disse, levando em conta o grande número de brasileiros que, desde 2010, já se articulam em redes nos Estados Unidos (leia mais sobre as redes de brasileiros nos Estados Unidos em:

<http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/01/10/conexoes-de-longa-distancia/>)

A coordenadora do projeto do Nepp sobre a rede de diáspora participará do encontro em Londres que reunirá especialistas em circulação internacional de talentos para avaliar maneiras de potencializar os benefícios de o Brasil contar com um número grande de brasileiros em instituições no país.

Pesquisadores brasileiros no Reino Unido



“O Reino Unido é um dos principais destinos dos bolsistas do governo brasileiro”, disse Carlota Azevedo Bezerra Vitor Ramos, chefe dos Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica da embaixada brasileira em Londres.

A embaixada estima que vivem no Reino Unido cerca de 500 brasileiros estudantes de doutorado ou pesquisadores visitantes com financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e às Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos Estados, incluindo a Fapesp.

“Não temos, atualmente, estimativa do número total de brasileiros presentes no Reino Unido na área de CT&I. É importante sublinhar que muitos não se registram no Consulado brasileiro, visto que têm passaporte europeu. O esforço que estamos levando adiante suprirá essa lacuna de informação”, disse Ramos.

Há muita convergência entre as áreas de concentração de acadêmicos brasileiros no Reino Unido e as áreas em que o Brasil se destaca na produção científica mundial.

“Por exemplo, sabemos que muitos cientistas e pesquisadores brasileiros trabalham na área das ciências biológicas, em convênio com centros de pesquisa e desenvolvimento em locais como GSK, Kew Gardens e Rothamsted Research. O Imperial College London, especializado na área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharias e Matemática), fundou um Brazil Forum para manter um registro e organizar a comunidade de 164 brasileiros atualmente ligados ou egressos, assim como não brasileiros que colaboram frequentemente com brasileiros”, disse Ramos.

Ela destaca que um parceiro importante da embaixada brasileira em Londres nessa iniciativa é a Associação de Brasileiros Estudantes de Pós-Graduação e Pesquisadores (Abep-UK), que há quase 40 anos agrega estudantes de pós-graduação e pesquisadores brasileiros residentes no Reino Unido.

“Entretanto, se levarmos em conta o universo de estudantes e pesquisadores brasileiros atualmente no país, a verdade é que apenas uma parte se afilia à Abep. A maior parte dos estudantes e pesquisadores vem ao Reino Unido e fica concentrada no círculo de contatos da sua instituição ou universidade, sobretudo dos departamentos em que estudam”, disse Ramos.

“Muitas vezes os brasileiros dentro de uma mesma instituição não se conhecem. O resultado é que temos excelentes acadêmicos brasileiros presentes no Reino Unido, nas mais diversas áreas do conhecimento, mas dispersos e relativamente pouco articulados entre si. É isso que queremos mudar”, disse.

A embaixada tem contato estreito com a comunidade acadêmica brasileira no Reino Unido, sobretudo por meio dos seus Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica. “Além de prestar apoio às consultas de pesquisadores e estudantes, também buscamos nos articular com as instituições que recebem nossos acadêmicos, de maneira a compreender suas necessidades, demandas e perfil”, disse.

Mantém também registro de vários cientistas brasileiros residentes em diferentes cidades do Reino Unido que auxiliam como pontos focais para engajamento da comunidade, que são chamados de “champions”. “Não raramente, temos a grata surpresa de encontrar pelo menos um cientista brasileiro nas visitas que frequentemente fazemos a centros de pesquisas e universidades daqui”, disse Ramos.

“Por meio da organização do encontro da diáspora científica brasileira no Reino Unido, buscaremos engajar a comunidade científica e acadêmica brasileira de forma articulada, que permita uma interlocução regular e dinâmica entre esses atores no longo prazo. Com base no mapeamento das redes e na criação da base de dados com os membros da diáspora, queremos promover oficinas e encontros periódicos na Embaixada, voltados aos interesses e necessidades da comunidade”, disse a chefe dos Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica da embaixada brasileira em Londres.

“Temos muito interesse em levar adiante uma cooperação de longo prazo com a Fapesp e com o Nepp da Unicamp, de maneira a utilizar esse conhecimento em prol das políticas públicas brasileiras de CT&I e avançar na interlocução da diáspora com suas contrapartes no Brasil”, disse.

“Ao conhecer melhor o perfil dos acadêmicos presentes no país, teremos melhores condições de compreender suas demandas e de que forma a embaixada pode ajudá-los a promover sua pesquisa. Consideramos importante, também, que esses atores usem a plataforma da diáspora para trocar informações entre si, facilitar trabalhos conjuntos e formar redes de apoio, sobretudo no acolhimento de estudantes e pesquisadores recém-chegados ao país”, disse Ramos.

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

### **Reajuste das bolsas de pós-graduação é urgente e necessário**

**“As bolsas de mestrado e doutorado estão congeladas há 70 meses, o último reajuste ocorreu em 1º de abril de 2013”, alerta Gabriel Colombo de Freitas, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG)**

Nós percebemos no cotidiano os impactos da desvalorização das bolsas CAPES e CNPq. O aluguel aumenta ano a ano e morar em república tornou-se uma necessidade para grande parte dos/as pós-graduandos/as, não é apenas uma opção de vida. No supermercado, com a compra simples de alimentos para a semana se vai 10% da bolsa. A bibliografia necessária para a formação de qualidade é inacessível, passamos a montar uma “xerocoteca” e a projetar a biblioteca somente nos sonhos. Além dos muitos/as pós-graduandos/as que, mesmo com bolsa, necessitam trabalhar em empregos precários para complementar a renda.

Entre esses e diversos outros acontecimentos cotidianos, a maior parte dos/as pós-graduandos/as percebem a desvalorização das bolsas. Ainda assim, poucas vezes alcançamos a real dimensão do quadro em que nos encontramos.

As bolsas de mestrado e doutorado estão congeladas há 70 meses, o último reajuste ocorreu em 1º de abril de 2013, são praticamente seis anos sem, sequer, corrigir a inflação. Neste intervalo, as bolsas desvalorizaram 38,89%, como consequência os mestrandos têm uma perda aproximadamente igual a 583 reais mensais, e os

doutorandos cerca de 855 reais por mês.

Portanto, reajustar as bolsas de acordo com a inflação desse período, com referência no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), implica em aumentar o valor das bolsas de mestrado para R\$ 2.082,72 e das bolsas de doutorado para R\$ 3.054,66 (Gráfico 1). Esses valores são semelhantes aos pagos atualmente pela FAPESP, por exemplo.

topo ↕

## **MONÓLITOS POST - TEMPO REAL**

### **UNICATÓLICA e UNICAP lançam Doutorado Institucional em Direito em Quixadá**

A UNICATÓLICA – Centro Universitário Católica de Quixadá, em parceria com a UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, lança o Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Direito, com conceito 4 pela **CAPES**.

O Doutorado Interinstitucional (Dinter) são turmas de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (nacional) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora, localizada em regiões, no território brasileiro ou no exterior. São programas da **CAPES** que visam a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento socioeconômico-cultural, científico-tecnológico e de inovação.

Sob Coordenação Acadêmica do Prof. Dr. João Paulo Allain Teixeira e Coordenação Operacional do Prof. Dr. Saulo Nunes de Carvalho Almeida, o Doutorado Interinstitucional em Direito destina-se aos profissionais que desejam aliar ensino e pesquisa em suas atividades profissionais, independente da área. Esse cientista, seja qual for seu domínio de conhecimento, tornar-se-á um sujeito capaz de refletir sobre seus próprios instrumentos e seu objeto de estudos e pesquisa. Pretende-se, ainda, formar pesquisadores de excelência, imbuídos do pensamento crítico e questionador, próprio do ambiente acadêmico e imprescindível para a construção de profissionais bem qualificados.

Com a oferta de 08 vagas, poderão candidatar-se os portadores de diplomas de Bacharel em Direito, outorgados por Instituições de Ensino Superior e reconhecidos pelo órgão competente vinculado ao Ministério da Educação. Será exigido, também, o diploma de Mestrado em Direito ou áreas afins, reconhecido pela **CAPES**.

O Dinter em Direito, com Área de Concentração “Direito, Processo e Cidadania” e Linha de Pesquisa “Jurisdição, Cidadania e Direitos Humanos”, será realizado na UNICATÓLICA, em Quixadá/CE, e busca atender a uma carência de qualificação pessoal de alto nível para atuar no ensino superior não só na capital do Estado, mas, principalmente, no interior. O curso deve ser concluído em um mínimo de 24 meses e um máximo de 48 meses, incluindo a apresentação e defesa pública da tese de doutorado.

A inscrição deverá ser feita pelo site [unicatolicaquixada.edu.br](http://unicatolicaquixada.edu.br) até o dia 11 de março e a documentação, exigida em Edital, pode ser entregue até o dia 12 de março de 2019, sob pena de indeferimento, na UNICATÓLICA.

topo ↕

## **OLÁ JORNAL - TEMPO REAL**

**Comissão organizadora define tema do Fórum de Educação deste ano**



A Escola contemporânea práticas criativas e inovadoras na ressignificação das competências cognitivas e emocionais é o tema que vai nortear os debates do 11º Fórum Internacional e 15º Fórum Nacional de Educação de Venâncio Aires. O evento, destinado para educadores da rede pública e privada, ocorre de 24 a 27 de abril, na SOVA. As inscrições devem abrir em breve. São esperados cerca de 800 professores.

O objetivo desta edição é instigar educadores a se reinventar em sala de aula, por meio da inovação e da criatividade e estimular produção de conhecimento em meio a era da informação.

Segundo a professora que coordena a organização do Fórum, Alice Theis, a intenção é abordar formas de utilizar as novas tecnologias para inovar os métodos pedagógicos em sala de aula. “Enquanto escola precisamos acompanhar a evolução e levar para os alunos todos os conhecimentos armazenados pela humanidade de uma forma renovada e mais criativa”, afirma.

Na avaliação da educadora, o objetivo também é debater mecanismos de promover o desenvolvimento cognitivo, das crianças e adolescentes, de uma forma que possam assimilar o mundo e entender a realidade. Para isso, Alice considera que é tarefa do professor ir além e buscar formas de desenvolver as competências socioemocionais dos estudantes. “O mundo muda muito e é necessário preparar os estudantes para que tenham maturidade sócio emocional, junto com a cognitiva, para enfrentar tudo que é exigido nesta sociedade”, aponta.

#### Construção do conhecimento

Outro aspecto que as discussões devem nortear é a geração de conhecimento. Segundo Alice, a sociedade está imersa em um universo de informação gerada a todo momento, mas é necessário primar pela construção de conhecimento. “Acredito que esta é uma tarefa primordial da escola”, finaliza.

#### Conheça os palestrantes:

Miguel Zabalza. Ele vem da Espanha, é doutor em Psicologia pela Universidade Complutense de Madri e catedrático de Didática e Organização Escolar. Tem dedicado grande parte de seus estudos à questão do currículo escolar.

Gabriel Perissé. Ele é escritor, com pós-doutorado em História e Filosofia da Educação. Autor de mais de 20 livros, escreve sobre formação docente, criatividade, ética, formação de leitores e linguagem.

Augusto Niche Teixeira – Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS (CAPES 6). Coordenador da Área de Educação & Cultura da Universidade LaSalle. Membro do Centro de Tecnologias Educacionais do Senac-RS. Líder de Grupo de Educadores Google.

Giovanni Matiello. é formado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS e mestre em Teologia na PUC/RS. É cantor, compositor e palestrante da temática de Valores Humanos.

Palmira Ramos Tolotti – Professora Palmira Tatiana Ramos Tolotti, especialista em Gestão da Educação Municipal, com e pós graduada em Políticas Públicas com módulo

# CLIPPING



Internacional em Harvard Kennedy School. Direciona os trabalhos frente à Undime/SP em Políticas Públicas Educacionais por meio dos Programas Federais e Captação de Recursos.

Dr. Nélio Tombini – Nélio Tombini é psiquiatra, psicoterapeuta individual e de grupo. É palestrante focado em psicoeducação e consultor direcionado aos entraves nas relações institucionais. Criou o Serviço de Doenças Afetivas da Santa Casa de Porto Alegre. Trabalha na Santa Casa, onde foi diretor da Psiquiatria por 18 anos. Hoje, é diretor da Clínica de Psicoterapia Breve – Psicobreve. Desenvolve workshops sobre os conflitos emocionais no trabalho. Na internet, faz a série de vídeos “5 minutos com o psiquiatra Nélio Tombini”, onde aborda os aspectos emocionais vinculados ao cotidiano.

Emília Cipriano – Doutora em educação. Mestre em psicologia da educação. Pedagoga e assistente social. Professora do curso de pós-graduação – PUC/SP. Coordenadora da Consultoria e Assessoria Educacional Aprender a Ser. Membro do Grupo Gestor do Fórum Paulista de Educação Infantil. Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP. Pesquisadora da Infância da Rede de Contextos Integrados. Autora de livros e conferencista em eventos nacionais e internacionais.

Confira a programação:

24/04 Quarta-feira

Abertura

Palestrante: Miguel Zabalza

25/04 Quinta-Feira

Manhã – Professor Gabriel Perissé – RJ

Tarde – Professor Augusto Teixeira Lich – RS

Noite – Professor Giovanni Matiello – RS

26/04 Sexta- feira

Manhã – Palmira Ramos Tolotti

Tarde – Dr. Nélio Tombini

Noite – Atividade cultural (Peça teatral com o grupo Luz e Cena)

27/04 -Sábado

Manhã – Emília Cipriano

11h – Encerramento

CRÉDITO: Coordenaria de Comunicação e Marketing PMVA

topo ↕

## PORTAL HOSPITAIS BRASIL - TEMPO REAL

### Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde demonstra na prática a ciência humanitária

O Brasil é um país de mentes brilhantes e criativas, sim, mas está longe de ser uma potência mundial quando se fala em inovação. Apesar de melhorar cinco posições no Índice Global de Inovação em 2018 em relação ao ano anterior, o 64º lugar não é lá muito animador.

Entre as áreas nas quais o país se destacou estão gastos com P&D, importações e exportações líquidas de alta tecnologia; qualidade de publicações científicas; e universidades. No entanto, faltam investimento, incentivo, apoio e políticas públicas.

Esses dados ratificam nosso complexo de vira-lata, mas eu não escrevo essa matéria para me lamuriar e nem falar mais do mesmo. Já estamos exaustos de criticar por criticar. Eu quero é falar do que está dando certo, do que aquece o coração e renova as esperanças na humanidade – e também colaborar para que a área de inovação, principalmente em saúde, ganhe maior destaque na mídia.

Ricardo Valentim, coordenador do LAIS

Recentemente, conheci o LAIS – Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, localizado em Natal. O professor Ricardo Valentim, coordenador do laboratório, participou de um evento em São Paulo falando sobre ciência humanitária. Muito mais que emocionante, a palestra foi transformadora.

Segundo ele, a pesquisa e a inovação precisam acontecer em função das pessoas. “O desafio é pensar em tecnologia, educação e economia de forma humanitária, partindo de um problema que a sociedade precisa resolver, não é gerar riqueza para pequenos grupos”, disse. E nós, brasileiros, podemos ser os melhores nisso porque temos: problemas, vocação para fazer o bem e mentes brilhantes.

Para Valentim, não basta desenvolver uma nova tecnologia, é preciso entender o todo e compreender como ela poderá impulsionar o cuidado à saúde. “O verdadeiro capitalismo é humanitário. Sem essa essência, é somente um passivo social que consome a dignidade humana, portanto, é incapaz de produzir bem-estar”, ressaltou.

Parece utopia, mas não é. O LAIS prova que isso é realidade através de seus mais de 100 projetos, mais de 275 mil alunos extensionistas e mais de 200 pesquisadores, desde sua fundação, em 2011. Sua missão é “fazer da ciência um instrumento de amor ao próximo, tendo como objetivo a cidadania, o bem-estar social e o desenvolvimento da área da saúde no Brasil por meio da inovação”.

Funcionando no HUOL – Hospital Universitário Onofre Lopes, o LAIS é o primeiro laboratório instalado em um hospital brasileiro com a proposta de promover a inovação tecnológica em saúde. Entre suas atividades está a realização de projetos de Bioengenharia, Tecnologias Assistivas, Informática para a Saúde e Educação Permanente em Saúde, além de publicações de artigos científicos em livros e periódicos,



frutos das pesquisas de dissertações e teses realizadas pelos seus pesquisadores.

Após a palestra em São Paulo, fui convidada a participar da 2ª Conferência Internacional de Inovação em Saúde (CIIS), realizada pelo LAIS, em Natal (RN), entre os dias 30 de outubro e 10 de novembro. O tema principal foi “A importância da Inovação Tecnológica em Saúde para os países em desenvolvimento”, com base nos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável contidos na Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas.

“Para além de sua reconhecida dimensão social e de cidadania, a saúde também constitui área estratégica para o desenvolvimento econômico e a transformação produtiva. No Brasil, a saúde representa demanda nacional de 10% do PIB, ocupa o 8º lugar no mercado mundial, emprega 1/3 dos trabalhadores qualificados do país e representa 35% do esforço nacional de P&D (área de maior crescimento do esforço de inovação). Além disso, ela abrange plataformas tecnológicas estratégicas para o futuro do país, como biotecnologia, química fina, equipamentos médicos, tecnologia da informação e telemedicina, nanotecnologia, novos materiais, entre outras. A interação entre a cadeia produtiva, a comunidade científica e os serviços de saúde gera um ambiente propício à inovação, com atuação sistêmica e voltada ao desenvolvimento e à inclusão social”, declarou Valentim, no material de divulgação do evento.

## Destaques

Dr. Hemerson Casado, ativista e médico alagoano

Uma das surpresas na cerimônia de abertura do CIIS foi a palestra do Dr. Hemerson Casado, ativista e médico alagoano que tem ELA – Esclerose Lateral Amiotrófica. Devido à doença, ele já não fala, não anda e praticamente não se mexe. Para interagir com as pessoas, utiliza o dispositivo de comunicação Tobii, com tecnologia de rastreamento ocular.

Sua palestra só foi possível devido ao uso do DSpeech, um aplicativo que converte texto em fala e que “leu” o material “escrito” pelo médico. Em sua apresentação, Dr. Hemerson destacou a importância de aproximar a produção acadêmica e pesquisas científicas das necessidades da população, com foco na inovação. “O conhecimento ajuda a desenvolver novas tecnologias para resolver problemas de ordem prática. A partir de novas descobertas temos a possibilidade de tomar decisões informadas, quer individualmente, quer coletivamente”, expôs.

Para ele, a falta de planejamento estratégico está atrasando o desenvolvimento do país, apesar do aumento na produção científica nos últimos anos. “Precisamos aproximar mais a academia dos interesses e necessidades da sociedade brasileira. Temos de fazer uma lista de prioridades de áreas do conhecimento, que atendam diretamente aos interesses do nosso povo, temos de fazer com que governo federal, terceiro setor e iniciativa privada aumentem os investimentos na ciência e principalmente na tecnologia, que é na prática a aplicação da ciência”.

Sobre doenças raras, Dr. Hemerson disse que, do ponto de vista científico, elas são negligenciadas pela medicina, pela academia e pelo principal agente financiador da ciência no Brasil, que é o governo. “Toda essa negligência vem na ponta final com gastos mirabolantes com medicamentos para doenças raras, na compra de tecnologia

assistiva e tecnologia para diagnóstico, equipamentos para pesquisas e insumos estratégicos. Temos de mudar paradigmas”, relatou. E finalizou com um pensamento de Rousseau: “O homem que não conhece a dor, não conhece a humanidade”.

Outra surpresa foi a transmissão em primeira mão do documentário “Olhares: Educação em Saúde para transformar o futuro”. O vídeo mostrou como o brasileiro Rafael Silva, técnico de informática e missionário da Jocum – Jovens com uma Missão, está modificando a realidade de centenas de pessoas de Morogoro, cidade do interior da Tanzânia, através de cursos de educação a distância produzidos pelo LAIS.

“Quando estava em São Paulo, encontrei o AvaSUS – Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS. Nele havia um curso para agente comunitário da saúde com uma linguagem muito simples, que se encaixava no meu desejo de promover a melhoria de saúde das pessoas, não apenas oferecendo tratamento, mas também educação. Depois, fiz o curso on-line sobre endemias”, explicou Rafael no documentário.

O filme nos preenche e mostra do que somos capazes. “A gente passa, mas isso daqui fica. Essa é a verdade. É fazer algo que possa mudar, que não seja só tempo perdido”, finalizou.

## Conteúdo

A conferência reuniu gestores, pesquisadores, profissionais e estudantes das áreas da saúde, tecnologia e comunicação para discutir o processo de inovação no setor, com ênfase na força de trabalho e no desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitem melhorar a qualidade do atendimento nas redes de atenção em saúde. Participaram representantes das principais instituições de pesquisa do mundo, como Harvard e MIT – Massachusetts Institute of Technology (Estados Unidos), Universidade de Lorraine (França) e Universidade de Atabasca (Canadá).

Fez parte do conteúdo seis sessões denominadas Café com Ideias, que reuniram especialistas de diversas vertentes para conversas temáticas

O conteúdo foi dividido em palestras; conversas temáticas em seis sessões denominadas Café com Ideias; oficina sobre Recursos Educacionais Abertos e Curadoria em Saúde; Simpósio Satélite sobre Doenças Negligenciadas e Tecnologias; Simpósio Satélite sobre Sífilis e Tecnologias; e apresentação de trabalhos orais no formato pôsteres.

Um dos palestrantes foi Carlos Gadelha, coordenador das Ações de Prospecção da Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz, que abordou o tema “A agenda de desenvolvimento, inovação e saúde no contexto do complexo econômico industrial”.

De acordo com ele, as transformações políticas, sociais e institucionais acontecem junto com as transformações econômicas e nos sistemas produtivos e tecnológicos. “Países que investem pouco em inovação têm mais desigualdades sociais. Isso prova que há uma interdependência entre as bases econômica e social”.

Gadelha disse que não se pode mais pensar em atenção primária sem falar em tecnologia. No caso de tratar uma criança com zika, por exemplo, é preciso ter um sistema que faça o monitoramento da doença, que acompanhe o tratamento.

Para ele, o futuro da ciência é uma questão ético-política. Entre os desafios estão: sair da zona de conforto das instituições científicas e da evolução disciplinar; retomar o diálogo e o debate sobre ideias e conhecimentos em torno de valores comuns para a vida social; e sair da cultura dos pares, que aprisiona, para a cultura do diálogo, da crítica e da autocrítica.

“Desenvolvimento não é adição, é transformação. Não é fazer mais do mesmo, é fazer diferente, voltado às necessidades humanas. O SUS é a maior transformação da saúde dos últimos anos”, destacou.

Em outra palestra, Zachary J. Ward, analista do CHDS – Centro para Ciência Decisória em Saúde na Escola de Saúde Pública T.H.Chan da Universidade de Harvard, Estados Unidos, falou sobre “Modelagem de Sistemas de Saúde e Considerações sobre Dados: desafios para a Saúde Global”.

Ele contou que, na Tanzânia, onde desenvolveu um trabalho, foi verificada, através de dados, a alta mortalidade materna. Como grande parte dos partos eram realizados fora do hospital, o governo agiu incentivando o parto hospitalar. No entanto, a mortalidade continuou. Com isso, Ward mostrou a importância da análise correta dos dados: o campo de ação para reduzir a mortalidade não estava em dar à luz no hospital.

O analista ressaltou que qualquer dado é melhor que nenhum, mas é preciso saber como eles foram gerados e adotar mudanças a partir deles, não basta, por exemplo, apenas prever uma doença cardíaca se não há planos de ação para tratar o caso e gerar mudanças.

## Projetos

Também fez parte do CIIS uma instalação que abrigava alguns dos projetos desenvolvidos no laboratório

Também fez parte do CIIS uma instalação que abrigava alguns dos projetos do laboratório. Através de uma tela touch e de fones de ouvido, os interessados podiam assistir a matérias veiculadas na mídia sobre o desenvolvimento e o funcionamento de cada solução.

Depois, tive a oportunidade de conhecer o LAIS, onde tudo acontece. Os projetos são divididos em temáticas: Gestão e Informática na Saúde; Informação, Formação e Educação Continuada em Saúde; e Assistência.

Um deles é o Osseus, método baseado em inteligência artificial e ondas eletromagnéticas para o diagnóstico auxiliar de doenças osteometabólicas. Trata-se de um dispositivo portátil de fácil operação, cujo princípio é ser de baixo custo. Isso permite um alto fator de escalabilidade, o que potencializa o seu uso em qualquer lugar do Brasil. “Ele é 100 vezes mais barato que o convencional e 20 vezes mais rápido no diagnóstico”, disse Agnaldo Souza Cruz, pesquisador do LAIS desenvolvedor da solução. Uma densitometria óssea, que permite o diagnóstico precoce, determinando o início do tratamento e a prevenção de fraturas, ainda é um exame de alto custo e de difícil acesso para a população, disponibilizado somente na alta complexidade ou na rede especializada.

O exame realizado pelo Osseus não é invasivo e pode ser aplicado diversas vezes em



intervalos de tempo menores, pois não há nenhum efeito colateral para os pacientes, diferente de outros métodos tradicionais. A solução foi validada pelos pesquisadores do LAIS em parceria com pesquisadores do MIT, Estados Unidos.

Outra solução do laboratório, a plataforma OpenPacs, foi criada para resolver um problema recorrente dos hospitais brasileiros: armazenar e gerenciar imagens médicas. Trata-se de uma suíte de ferramentas que, na prática, permite o arquivamento de exames, como raios X, ressonância magnética e tomografia computadorizada em um só lugar. O sistema foi desenvolvido para o HUOL em 2012 e, desde a sua criação até o ano de 2017, já armazenou mais de 200 mil exames.

Por sua vez, a Plataforma ObservaSUS, também desenvolvida no LAIS, é aplicada ao monitoramento dos dados relacionados à saúde no Brasil, levando em conta quatro dimensões: econômica, social, demográfica e de saúde. A partir dela é possível estudar, pesquisar, analisar e discutir políticas públicas de saúde com foco nos impactos sobre os serviços de saúde, por exemplo, analisar a capacidade de resiliência do sistema para determinados eventos políticos, demográficos e econômicos.

Mais uma solução do LAIS de fundamental importância para o setor é o Portal Saúde Baseada em Evidências ([www.psbe.ufrn.br](http://www.psbe.ufrn.br)), uma biblioteca eletrônica com conteúdos específicos para profissionais de saúde. A iniciativa foi da SGTES – Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, em parceria com a CAPES/MEC – **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**.

O conteúdo está disponível a profissionais e estudantes da área da saúde. No caso dos profissionais, o acesso é definido pelo seu vínculo com o respectivo Conselho Profissional, em 14 áreas: Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social.

Na área odontológica, um dos projetos de destaque é o “Saúde Bucal Sem Dor”. Seu objetivo é eliminar o maior problema da área: o medo de ir ao dentista devido ao barulho emitido pela caneta de alta rotação e o aquecimento provocado pelo laser. A ideia é utilizar uma caneta de plasma à pressão atmosférica, mais conhecido como plasma frio, em tratamentos dentários. Esse material possui grande aplicação na área biomédica por ter grande capacidade de esterilização, por ser usado em procedimentos com materiais sensíveis à temperatura e, o mais importante, sem causar danos às superfícies biológicas e dor ao paciente. O plasma frio atua ainda na aceleração do processo de coagulação, estimulação celular, clareamento dental e tratamento endodôntico.

Mais tarde, em uma conversa informal, me contaram que Valentim não permite que ninguém estude por estudar. Todos os projetos desenvolvidos no LAIS precisam sair no papel e atender a uma necessidade social. Isso é, no mínimo, respeito pelo investimento público!

Todas as soluções podem ser conferidas no site [lais.huol.ufrn.br/category/projetos](http://lais.huol.ufrn.br/category/projetos).

Sífilis Não

No segundo dia do CIIS, foi realizada a Ação de Testagem Rápida para Sífilis, doença

que se tornou epidemia no país nos últimos anos

Uma das maiores lutas do laboratório é contra a sífilis, doença sexualmente transmissível que se tornou epidemia no país nos últimos anos. Dados do Boletim Epidemiológico da Sífilis 2018 do Ministério da Saúde apontam aumento na taxa de detecção da sífilis adquirida, que passou de 44,1 casos em 2016, para 58,1 em 2017, a cada 100 mil habitantes. No mesmo cenário verificou-se que a doença em gestante cresceu de 10,8 casos em 2016 para 17,2 em 2017, a cada mil nascidos vivos. Já a sífilis congênita, passou de 21.183 casos em 2016, para 24.666 em 2017. O número de óbitos foi de 206 casos em 2017, enquanto em 2016 foram 195.

Foi observando esses dados que o LAIS, o Ministério da Saúde e a OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde iniciaram um projeto que prevê ações efetivas e pesquisa aplicada, inicialmente, em 100 municípios do país: “Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção”, também chamado de “Sífilis Não”. São quatro eixos distintos: gestão e governança, vigilância, cuidado integral e fortalecimento da educação e comunicação. Também estão sendo desenvolvidas ações de Educação Permanente em Saúde, visando à capacitação de gestores e profissionais da área. O projeto pretende eliminar a sífilis congênita e controlar a sífilis adquirida e em gestantes no território brasileiro.

No dia 29 de outubro, foi realizada a abertura da Oficina sobre Apoio em Pesquisa e Intervenção do Projeto Sífilis Não. Além dos 52 apoiadores de Pesquisa e Intervenção que atuam em todo o Brasil, participaram supervisores do projeto e superintendentes de hospitais universitários do Rio Grande do Norte.

Já no segundo dia do CIIS, foi realizada a Ação de Testagem Rápida para Sífilis, uma iniciativa do NESC/UFRN – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, em parceria com o LAIS.

O assunto é tão sério que de 2 a 4 de novembro foi realizado o HackLAIS – Brasil Sem Sífilis, também em Natal.

#### Encerramento

Debates valorosos aconteceram durante o CIIS, promovendo a integração entre os diversos atores do sistema de saúde, permitindo a troca de ideias e a demonstração de soluções fundamentais para lidar com os desafios do setor, sempre tendo o bem-estar do ser humano como objetivo principal.

Em seu discurso de encerramento, Angela Paiva, reitora da UFRN, disse: “A ciência humanitária é a ciência para cada um de nós, sem deixar ninguém para trás”.

E, assim, com o entusiasmo renovado, voltei para São Paulo, cheia de ideias e ciente da minha capacidade de transformação. Espero ter passado um pouco disso aos leitores.

Conteúdo originalmente publicado na Revista Hospitais Brasil edição 94, de novembro/dezembro de 2018. Para vê-la no original, acesse:

[portalhospitaisbrasil.com.br/edicao-94-revista-hospitais-brasil](http://portalhospitaisbrasil.com.br/edicao-94-revista-hospitais-brasil)

topo ↕

**QUIXERAMOBIM AGORA - TEMPO REAL**

## **UNICATÓLICA e UNICAP lançam Doutorado Interinstitucional em Direito em Quixadá**

A UNICATÓLICA – Centro Universitário Católica de Quixadá, em parceria com a UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, lança o Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Direito, com conceito 4 pela **CAPES**.

O Doutorado Interinstitucional (Dinter) são turmas de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (nacional) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora, localizada em regiões, no território brasileiro ou no exterior. São programas da **CAPES** que visam a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento socioeconômico-cultural, científico-tecnológico e de inovação.

Sob Coordenação Acadêmica do Prof. Dr. João Paulo Allain Teixeira e Coordenação Operacional do Prof. Dr. Saulo Nunes de Carvalho Almeida, o Doutorado Interinstitucional em Direito destina-se aos profissionais que desejam aliar ensino e pesquisa em suas atividades profissionais, independente da área. Esse cientista, seja qual for seu domínio de conhecimento, tornar-se-á um sujeito capaz de refletir sobre seus próprios instrumentos e seu objeto de estudos e pesquisa. Pretende-se, ainda, formar pesquisadores de excelência, imbuídos do pensamento crítico e questionador, próprio do ambiente acadêmico e imprescindível para a construção de profissionais bem qualificados.

Com a oferta de 08 vagas, poderão candidatar-se os portadores de diplomas de Bacharel em Direito, outorgados por Instituições de Ensino Superior e reconhecidos pelo órgão competente vinculado ao Ministério da Educação. Será exigido, também, o diploma de Mestrado em Direito ou áreas afins, reconhecido pela **CAPES**.

ODinter em Direito, com Área de Concentração “Direito, Processo e Cidadania” e Linha de Pesquisa “Jurisdição, Cidadania e Direitos Humanos”, será realizado na UNICATÓLICA, em Quixadá/CE, e busca atender a uma carência de qualificação pessoal de alto nível para atuar no ensino superior não só na capital do Estado, mas, principalmente, no interior. O curso deve ser concluído em um mínimo de 24 meses e um máximo de 48 meses, incluindo a apresentação e defesa pública da tese de doutorado.

A inscrição deverá ser feita pelo site [unicatolicaquixada.edu.br](http://unicatolicaquixada.edu.br) até o dia 11 de março e a documentação, exigida em Edital, pode ser entregue até o dia 12 de março de 2019, sob pena de indeferimento, na UNICATÓLICA.

topo ↕

## **SÃO CARLOS AGORA - NOTÍCIAS**

### **Bactérias podem ajudar pererecas a atrair parceiros**

Cientistas brasileiros descobriram que o forte odor exalado por algumas espécies de anfíbios é produzido por bactérias e seria uma forma de atrair parceiros. Exemplo notável de simbiose, tais bactérias ajudam na hora do acasalamento. A descoberta desse papel dos microrganismos, isolados da pele de pererecas, foi publicada na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS).

“Pererecas exalam um odor marcante. Às vezes, dá até para reconhecer uma espécie específica a partir do seu cheiro, mas ainda não se conhecia a função de tal odor. Uma hipótese era que se tratasse de um cheiro aposemático, ou seja, um sinal químico de



advertência que serviria para afastar predadores, como fazem os cangambás [Mephitis mephitis] entre os mamíferos, por exemplo”, disse Célio Haddad, professor do Instituto de Biociências e do Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista (Unesp), um dos autores do artigo.

De acordo com Haddad, tal hipótese era considerada pelo fato de muitas espécies de anfíbios, especialmente as venenosas, exibirem coloração chamativa, que funciona como um alerta visual para afugentar predadores. “Pensávamos que entre os anuros (sapos, rãs e pererecas) o odor pudesse desempenhar função semelhante”, disse.

O novo artigo é resultado do trabalho de pós-doutorado do biólogo argentino Andrés Eduardo Brunetti, com supervisão do professor Norberto Peporine Lopes. Realizado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), o trabalho contou com apoio da FAPESP.

“A importância e a originalidade do trabalho de Brunetti é indicar, pela primeira vez, a existência de uma diferença marcante no odor exalado por pererecas de sexos opostos. Nenhum trabalho com anuros havia sugerido esse tipo de comportamento. Os resultados sugerem que tal odor serve para permitir o reconhecimento mútuo entre machos e fêmeas da mesma espécie, com fins de acasalamento”, disse Haddad.

A pesquisa também contou com apoio do programa BIOTA-FAPESP, da Universidade de São Paulo (USP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Nos anuros é comum ver diversas espécies diferentes dividindo um mesmo lago ou brejo. Além disso, nesses locais existem em média 30 pererecas macho para cada fêmea de uma mesma espécie. A dúvida é como as fêmeas fazem para reconhecer os machos da sua espécie em uma multidão de machos de várias espécies, todos vocalizando ao mesmo tempo”, disse Brunetti.

“Sabia-se que, nos anuros, a vocalização dos machos tem a função de atrair fêmeas, e que cada espécie tem um canto característico. Verificamos que o odor desempenharia função semelhante, servindo de sinal olfativo que permitiria às fêmeas reconhecerem os machos da espécie”, disse.

Os biólogos desconheciam também que havia diferença no odor de pererecas machos e fêmeas. Brunetti fez tal constatação ao longo de sua pesquisa, cujo objetivo primário era entender a composição química dos componentes voláteis exalados da pele de diversas espécies de pererecas.

Sua hipótese de trabalho sugeria que o cheiro fosse um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores. Para verificar a hipótese, Brunetti foi a campo em várias localidades do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro para coletar espécimes da perereca arborícola cará-cará (Boana prasina).

“É muito difícil coletar fêmeas no campo. No primeiro momento, só conseguimos coletar machos. Quando observamos indicação de haver diferença sexual no odor dos bichos, fui a campo novamente com o objetivo específico de capturar fêmeas para

comparação”, disse.

“Durante o meu doutorado no Museu Argentino de Ciências Naturais, em Buenos Aires, ao investigar os compostos voláteis de duas outras espécies de sapos, descobri que as secreções eram formadas por uma mistura de 35 a 42 compostos de nove classes químicas diferentes. Na ocasião, percebemos que alguns daqueles compostos tinham a assinatura específica de compostos produzidos por bactérias”, disse Brunetti.

O pesquisador veio ao Brasil para investigar se existiam bactérias na pele de pererecas arborícolas selecionadas para produzir o cheiro característico de cada espécie e quais compostos eram produzidos. O trabalho em laboratório teve duas frentes: a análise dos compostos voláteis exalados da pele das pererecas e a identificação das bactérias lá existentes.

Por meio de técnicas de cromatografia gasosa e de espectrometria de massa, Brunetti e colegas puderam conhecer a diversidade dos componentes voláteis na pele de Boana prasina. Verificaram que a secreção volátil da pele de machos e fêmeas adultas é uma mistura de 60 a 80 compostos, incluindo álcoois, aldeídos, alcenos, éteres, cetonas, metoxipirazinas, terpenos e tioéteres.

Os cientistas constataram que os componentes voláteis da pele das pererecas machos e fêmeas eram exatamente os mesmos. O que não esperavam era descobrir variação nos níveis dos compostos. A análise apontou para uma diferença sexual marcante nos níveis dos terpenos, tioéteres e metoxipirazinas.

“Dos três componentes responsáveis pelas diferenças entre os sexos, os tioéteres e metoxipirazinas são compostos tipicamente produzidos por microrganismos”, disse Brunetti.

Para investigar se esse era o caso com a espécie Boana prasina, os pesquisadores isolaram, cultivaram e identificaram bactérias associadas à pele das pererecas e analisaram os seus componentes voláteis. Foram detectados 128 componentes diferentes.

A investigação de cada um dos componentes resultou na identificação de quatro metoxipirazinas presentes em machos e fêmeas, que são produzidas por uma única bactéria do gênero Pseudomonas.

Brunetti verificou que, em Boana prasina, as metoxipirazinas são muito mais abundantes nas fêmeas do que nos machos. Dos quatro tipos de metoxipirazina detectados, dois possuem níveis de concentração mais elevados nas fêmeas e dois entre os machos.

## Relacionamento simbiótico

“O interessante nas bactérias Pseudomonas sp. é que elas vivem na pele de machos e fêmeas, onde metabolizam os mesmos compostos voláteis, porém em níveis de concentração que variam de acordo com o sexo do hospedeiro”, disse Brunetti.

Segundo o pesquisador, os níveis de metoxipirazinas nas pererecas sugere a existência

de um complexo mecanismo de interações metabólicas, segundo as quais o ambiente na pele de cada sexo seria diferente e favoreceria a síntese de metoxipirazinas características em machos e fêmeas.

“Estabeleceu-se uma relação simbiótica entre pererecas e bactérias. Em troca do serviço prestado pelas bactérias, de diferenciação sexual a partir do odor, as pererecas fornecem um ambiente – a própria pele – onde as bactérias podem proliferar”, disse.

Brunetti ainda não sabe qual a função, para as pererecas, da diferença sexual nos níveis de metoxipirazina exalados pelas bactérias na pele. “Nossa suposição é que a diferenciação de odor sirva para ajudar os machos de *Boana prasina* a reconhecerem as fêmeas de sua espécie em locais onde habitam outras espécies de pererecas”, disse.

“Sabemos que os anuros são animais que empregam de forma disseminada a comunicação visual (coloração chamativa na pele) para afastar predadores e a comunicação acústica (vocalização) para atrair as fêmeas para o acasalamento. Talvez as pererecas *Boana prasina* estejam empregando uma forma de comunicação olfativa com a mesma finalidade”, disse.

Tal hipótese, que Brunetti tentará verificar em futuros estudos, tem grandes repercussões. “Até o momento, só é conhecido outro anuro [sapos, rãs e pererecas] de Madagascar que se comunica por meio do cheiro. Entre os anfíbios, sabemos que isso ocorre entre as salamandras, parentes distantes dos anuros”, disse Haddad.

“Se as pererecas *Boana prasina* se valem do cheiro como forma de comunicação olfativa, quem sabe outras espécies não estejam fazendo o mesmo, dado que cada espécie tem o seu odor característico. A descoberta de Brunetti, se confirmada, abre um novo campo de investigação na herpetologia, que agora passará a estudar a comunicação entre anuros não apenas pelas vias visual e acústica, mas também pela via olfativa”, disse.

O artigo *Symbiotic skin bacteria as a source for sex-specific scents in frogs* (<https://doi.org/10.1073/pnas.1806834116>), de Andrés E. Brunetti, Célio F. B. Haddad, Mônica T. Pupo e Norberto P. Lopes, está publicado em [www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1806834116](http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1806834116).

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Três escolas públicas do DF aprovam educação militar a partir desta segunda; veja o que muda**

**CED da Estrutural, do Recanto das Emas e de Sobradinho votaram pela presença de militares na gestão das escolas. Votação em Ceilândia precisou ser adiada após tumulto.**

Três das quatro escolas públicas pré-selecionadas do Distrito Federal votaram e aprovaram, até esta terça-feira (6), o projeto que prevê o ensino militar para os estudantes do ensino fundamental e médio.

Com a medida, policiais militares devem passar a atuar na gestão do Centro Educacional (CED) 1 da Estrutural, no CED 3 de Sobradinho e no CED 308 do Recanto das Emas.



Segundo a Secretaria de Educação, as mudanças devem ser colocadas em prática a partir desta segunda-feira (11), quando começa o ano letivo (entenda abaixo). O programa, no entanto, ainda não foi votado no CED 7 de Ceilândia.

Na região, membros da comunidade escolar tentaram realizar a votação nesta terça (5), mas um tumulto impediu o andamento da assembleia. Uma nova reunião está prevista para esta quinta (7) – dessa vez, restrita apenas aos alunos maiores de 18 anos, pais ou responsáveis com filhos matriculados na escola, professores e servidores.

Uma audiência pública também está prevista para ocorrer nesta quinta na Câmara Legislativa do DF. Foram convidados representantes do Sindicato dos Professores, Ministério Público, do Conselho da Criança e do Adolescente, além de estudantes e professores das quatro escolas escolhidas para terem a administração dividida com a Polícia Militar.

O governo afirma que o projeto piloto não precisa de qualquer aval da Câmara Legislativa, e que o convênio firmado entre as pastas de Educação e Segurança Pública é suficiente. Um debate sobre o tema está previsto para a manhã desta quinta (7) na CLDF.

## Votação

O projeto piloto que propõe o ensino militar em escolas públicas do DF foi anunciado por Ibaneis Rocha (MDB) em janeiro. Neste primeiro momento, foram escolhidas quatro centros de educação a partir de critérios específicos:

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador sobre a qualidade do ensino no Brasil;

IDH, índice medido anualmente que tem como base indicadores de saúde, educação e renda;

mapa da violência do local;

estrutura das escolas.

Para que o projeto seja implementado nas escolas, o GDF organizou um processo de votação. Em Sobradinho, a comunidade aprovou a parceria entre as secretarias de Educação e Segurança por 556 votos a 29.

No CED 1 da Estrutural, foram 71 votos a favor do projeto, seis contra e três votos em branco. Apesar do meio escolhido para dar seguimento à proposta, o processo eleitoral neste caso é informal e não é regulamentado por lei.

## O que muda

Segundo o GDF, as unidades de ensino participantes do projeto vão adotar o mesmo formato das escolas militares em relação à exigência da disciplina e ao cumprimento de horários.

Cada uma das escolas receberá de 20 a 25 militares (policiais ou bombeiros) que deverão integrar o quadro de servidores. O acordo prevê, ainda, que policiais que participem do projeto sejam aqueles que estão com restrição médica e na reserva.

Além disso, estudantes terão que usar uma farda, vão ter aulas de musicalização e educação moral e cívica com os militares.

A iniciativa estabelece que, com um aplicativo de celular, os pais possam ter acesso ao que os alunos fizeram durante o período de aulas. Além do monitoramento, também estão previstas as seguintes medidas:

Estudantes deverão usar um uniforme diferente, que será distribuído de forma gratuita. Meninos terão que usar cabelo curto; meninas, coque; Cada escola vai receber de 20 a 25 militares – PMs ou bombeiros que estão na reserva ou sob restrição médica.

A gestão vai ser compartilhada: professores, diretores e orientadores vão continuar cuidando da parte pedagógica. Os militares, das atividades burocráticas e da segurança, como controle de entrada e saída, horários e filas;

Os policiais vão dar aulas, no contraturno, de musicalização, ética e cidadania.

Nesse novo modelo, os estudantes continuarão sendo avaliados com base nas notas das disciplinas da grade curricular, mas o comportamento dentro das instituições também será levado em conta. Caso o projeto piloto apresente bons resultados, a ideia deve ser incorporada em outras 36 escolas do DF.

## **JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL**

### **Aplicativo que permite previsão imediata do clima leva primeiro lugar do Prêmio Péter Murányi 2019**

Solução informa sobre quedas de raios, possibilidade de enchentes na região em que está e orienta o que fazer nessas situações

Trabalho que resultou na criação de um aplicativo capaz de fornecer aos usuários de smartphones informações precisas sobre a ocorrência de chuvas intensas é o vencedor do Prêmio Péter Murányi 2019, edição Ciência & Tecnologia, conforme decisão do júri, realizado hoje (5). Coordenado por Luiz Augusto Machado e Eduardo Guarino, o App “SOS Chuva” oferece aos usuários acesso a radares meteorológicos que monitoram todo o território brasileiro.

Iniciado em 2013, o projeto foi criado para reduzir a vulnerabilidade de moradores da região de Campinas (Interior de São Paulo) a eventos climáticos extremos, dando-lhes a oportunidade de planejar ações para que sejam reduzidos danos materiais e físicos a essa população. Posteriormente, o alcance da ferramenta tornou-se nacional.

Integrado a estações responsáveis pela previsão do tempo em todo o Brasil, o serviço permite o monitoramento do clima em tempo real, visualização de satélites e o compartilhamento de informações sobre o clima em determinadas regiões e como os moradores destas localidades devem agir em caso de enchentes, além de informar quantos raios podem cair em um determinado perímetro em um espaço de cinco minutos.

Para a presidente da Fundação Péter Murányi, Vera Murányi Kiss, entidade organizadora do evento, o resultado da votação evidencia o poder da informação para a melhoria da qualidade de vida das populações.

“O resultado desta edição reforça o papel da tecnologia em nosso dia a dia, e quanto a informação pode contribuir para a preservação de vidas e de incidentes que poderiam

impactar uma parcela grande da população. Os aplicativos ganharam uma função social, e o vencedor comprova isso”, destaca.

Além da solução, o trabalho dos pesquisadores originou um sistema de previsão imediata, voltado a meteorologistas operacionais, e que permite a esses profissionais prever tempestades, incluindo eventos com raios.

“A previsão imediata é algo novo e se faz cada vez mais necessária diante de tantas mudanças climáticas repentinas. É importante que a população tenha acesso a essas informações, para que ela possa tomar decisões corretas em situações como essas”, contam Machado e Guarino. O projeto levou dois anos para ser concluído.

Por dentro do Prêmio Péter Murányi 2019

O trabalho vitorioso foi selecionado por um júri composto por representantes de entidades nacionais e internacionais ligadas à área de ciência e tecnologia, integrantes de universidades federais, estaduais e privadas, personalidades de renome e membros da sociedade.

O Prêmio Péter Murányi é realizado anualmente, com temas que se alternam a cada edição: Saúde, Ciência & Tecnologia, Alimentação e Educação. Cada tema é revisitado a cada quatro anos. O valor total é de R\$ 250 mil, divididos entre o vencedor (R\$ 200 mil), o segundo colocado (R\$ 30 mil) e o terceiro (R\$ 20 mil). A entrega ocorrerá em abril, durante a festa de premiação.

A premiação conta com o apoio das seguintes entidades: ABC (Academia Brasileira de Ciências), Aconbras (Associação dos Cônsules no Brasil); Aciesp (Academia de Ciências do Estado de São Paulo); Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras); **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**; CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola); CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo); e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Fn | Oficina de Com.,

[topo](#)

## **MEIO NORTE - PI - CIDADES**

### **UESPI oferta 205 bolsas para pesquisas científicas no PIBIC e PIBITI**

**As inscrições estarão abertas durante o período de 18 de Março a 27 de abril de 2019**

A Universidade Estadual do Piauí abre edital com 205 bolsas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) 2019-2020. Do total, são 198 para PIBIC e 7 para PIBITI. As inscrições estarão abertas durante o período de 18 de Março a 27 de abril de 2019.

De acordo com o diretor do Departamento de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROP), Gustavo Gusmão, é importante que os alunos participem dos programas para o desenvolvimento dos conhecimentos metodológicos dentro da graduação. “O papel da universidade é principalmente proporcionar ao aluno esse contato teórico-prático com as pesquisas que envolvem suas áreas de conhecimento. O



aluno ao ser orientado por um professor experiente abre mais ainda suas perspectivas e seu campo de ideias”, pontua.

As pesquisas abrangem todas as áreas do conhecimento. O professor Tadeu Barbosa, do curso de agronomia do campus de Uruçuí, por exemplo, desenvolveu uma pesquisa sobre a Resistência da Curuquerê do Algodoeiro à Inseticidas, dentro da área de Ciências Agrárias, com as alunas Maria Félix Gomes e Tainara Moura Sousa. O trabalho foi premiado em 1º lugar no XVIII Simpósio de Produção Científica e o XVII Seminário de Iniciação Científica em 2018.

A pesquisa mostra que a medida em que o nível tecnológico e a extensão territorial da cultura do algodão aumenta, também aumenta a pressão por fatores bióticos, dentre eles as pragas, como é o caso da Lagarta Curuquerê, considerada uma das piores pragas do algodão. O objetivo do trabalho foi determinar a magnitude da resistência da praga Curuquerê aos inseticidas.

Segundo o professor Tadeu Barbosa, os resultados da pesquisa têm gerado informações para os diferentes níveis da sociedade agrícola, especialmente para o Cerrado do Sul do Piauí, onde as pequenas áreas, com baixo grau de investimento, passaram a ser substituídas pela agricultura empresarial. “Ao pesquisarem, as alunas tiveram contato direto com a realidade que lidarão na sua carreira profissional. Enquanto perspectivas futuras, devido às informações geradas nesse trabalho, espera-se o aumento da renda e geração de emprego, sobretudo pela melhoria da produção da cultura do algodão”, destaca o docente que integra o Laboratório de Toxicologia de Inseticidas do campus de Uruçuí.

A orientanda, Maria Félix Gomes, destaca sobre a importância do aluno conhecer o campo de pesquisa: “É importante a inserção do acadêmico na pesquisa científica, quando isso acontece creio que leva o aluno a buscar cada vez mais o conhecimento durante sua graduação e até mesmo após, como foi o meu caso. Hoje nós sabemos que a Agricultura é o que movimenta em boa parte a economia nacional, e as pragas agrícolas são uma ameaça para esse setor, daí a importância de estudá-las”, disse aluna que está ingressando no mestrado.

#### Inscrições no PIBIC e PIBITI

Os programas PIBIC e PIBITI tem como objetivo o apoio às atividades de pesquisa científicas realizadas por docentes e discentes da Universidade. Os pesquisadores interessados devem realizar as inscrições pelo SIGPROP, por meio do preenchimento dos dados cadastrais do(a) orientador(a), no período de 18 de Março a 27 de abril de 2019. Cada pesquisador poderá submeter até 4 projetos, independente da modalidade. No sistema será feito o cadastro da área de conhecimento da **CAPES**, onde o pesquisador deseja que o seu projeto de pesquisa seja avaliado, cadastro do Currículo Lattes, preenchimento da planilha de produção acadêmica, cadastro do projeto de pesquisa, cadastro do(a) discente e geração do comprovante de submissão da proposta.

Os programas buscam estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Além disso, despertam a vocação científica e incentivam talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**UFSCar Sorocaba oferece bolsa de pós-doutorado em Ciência da Computação  
Candidatos devem ter doutorado em Computação ou áreas afins; inscrições vão até esta quarta-feira (6).**

O programa de pós-graduação em Ciência da Computação do campus Sorocaba (SP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas em processo de seleção de candidatos a uma bolsa oferecida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, com vigência a partir de março de 2019.

O edital é voltado a pessoas com título de doutor em Computação ou áreas afins que possam ter dedicação exclusiva a pesquisas científicas em uma das linhas de pesquisa do PPGCC-So: "Computação Científica e Inteligência Computacional" e "Engenharia de Software e Sistemas de Computação".

A bolsa tem valor mensal de R\$ 4,1 mil, com duração de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

As inscrições devem ser feitas até esta quarta-feira (6) exclusivamente pelo e-mail [ppgccs@ufscar.br](mailto:ppgccs@ufscar.br), com assunto "PNPD: Inscrição", encaminhando a documentação exigida conforme instruções do edital.

As informações sobre o processo seletivo estão no edital, disponível no site. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail de inscrição.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Ifro abre inscrições para 22 vagas no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, em RO**

**Inscrições podem ser feitas até o próximo dia 7 de março e a taxa é de R\$ 70.**

**Exame Nacional de Acesso (ENA) acontecerá no dia 5 de maio.**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) está com inscrições abertas para o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). As inscrições podem ser feitas até o dia 07 de março e a taxa é de R\$ 70. A realização do Exame Nacional de Acesso (ENA) acontecerá no dia 5 de maio. Em Rondônia, o curso será ofertado no campus Calama, em Porto Velho.

Segundo a assessoria do Ifro, são 22 vagas divididas em 11 para servidores do próprio Instituto, oito para a ampla concorrência e três às ações afirmativas, como uma vaga para PcD (pessoas com deficiência, comprovada por meio de laudo médico), uma vaga para negros e outra para indígenas.

Nacionalmente, o ProfEPT oferecerá 908 vagas. A inscrição deverá ser feita, exclusivamente, via internet no Sistema de Inscrições, seguindo as datas do cronograma e as regras do edital.

O endereço eletrônico do Sistema de Inscrições será divulgado no site do programa. Solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição devem ser feitas até o dia 11 de fevereiro.

O ProfEPT é ofertado na modalidade semipresencial. Para ser aprovado, o candidato precisa passar pelo Exame Nacional de Acesso, respondendo a 50 questões objetivas sobre temas ligados às bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Pesquisa e Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem. A bibliografia completa está disponível no Edital.

O processo de seleção é voltado para pessoas que tenham diploma de curso superior ou declaração de conclusão de curso superior devidamente reconhecido (ou revalidado) por órgãos competentes do Ministério da Educação. O resultado final será divulgado no dia 17 de junho e as aulas estão previstas para começar em agosto.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: [profept@ifes.edu.br](mailto:profept@ifes.edu.br) ou diretamente com a Coordenação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Ifro, pelo e-mail: [profept.ifro@ifro.edu.br](mailto:profept.ifro@ifro.edu.br).

Sobre o ProfEPT

O ProfEPT é um programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica com um mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional, da área de Ensino, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, do Ministério da Educação.

O ProfEPT é ofertado na modalidade semipresencial e ministrado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É coordenado por um Comitê Gestor e pela Comissão Acadêmica Nacional.

topo ↕

## **PLANETA UNIVERSITÁRIO - TEMPO REAL**

### **Embaixadas brasileiras nos EUA e Reino Unido querem mapear a diáspora científica**

As embaixadas do Brasil em Washington e Londres querem identificar os brasileiros qualificados, que atuem em áreas ligadas à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em universidades, instituições de pesquisa e em empresas, públicas ou privadas nos Estados Unidos e no Reino Unido. A ideia é articulá-los em rede e também conectá-los com suas contrapartes em território brasileiro, de forma a facilitar a circulação de ideias, de conhecimento e de experiências e ampliar as oportunidades de intercâmbios científicos e tecnológicos, além de negócios entre os países.

Em entrevista à Agência FAPESP em janeiro de 2018, o embaixador do Brasil em Washington, Sérgio Amaral, sublinhou que a intenção não é disciplinar a cooperação entre brasileiros no Brasil e no exterior, que, como ele disse, já é grande, mas compartilhar a experiência dos brasileiros que estão nos Estados Unidos.

A embaixada brasileira em Washington realizou dois encontros da diáspora brasileira em CT&I, o primeiro em dezembro de 2017 e o segundo em dezembro de 2018. A embaixada brasileira em Londres fará o primeiro encontro no dia 14 de fevereiro, em Londres, no Workshop: Brazilian Diaspora of Science, Technology and Innovation in the UK. O evento ocorrerá em seguida à FAPESP Week London, que será realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro.

O mapeamento da diáspora brasileira nos Estados Unidos será realizado por pesquisadores do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) da Universidade



Estadual de Campinas (Unicamp). O acordo que possibilitará essa cooperação foi assinado pelo embaixador Sérgio Amaral e pelo reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, em 7 de dezembro de 2018.

“O projeto tem por objetivo último fazer um diagnóstico e propor políticas para compreender como a CT&I no Brasil pode obter ganhos com a circulação e fixação de brasileiros de alta qualificação e com atuação na área de CT&I nos Estados Unidos”, disse Ana Maria Carneiro, coordenadora do projeto no Nepp.

O desafio, segundo Carneiro, está em produzir subsídios para o “reforço e elaboração de políticas públicas acerca da diáspora brasileira nos Estados Unidos que possam ser mobilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores, em específico, pela Embaixada Brasileira em Washington, a fim de potencializar oportunidades e ganhos para o Brasil”, disse.

Esse diagnóstico inclui estimar o número de brasileiros com atuação na área de CT&I, identificar as áreas geográficas e de conhecimento, instituições de vínculo, conexões já existentes, interação com agências de fomento, entre outros.

A diáspora brasileira nos Estados Unidos soma cerca de 450 mil pessoas, de acordo com estatísticas do American Community Survey. “Outra base de dados, da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], estima que 75 mil têm ensino superior. Os brasileiros com atividades ligadas à CT&I são um subconjunto dos que têm essa qualificação”, disse Carneiro.

Não será possível identificar todos os brasileiros com esse perfil, ela ressalva. Vamos iniciar pela lista de nomes relevantes já identificados pela embaixada em Washington, para os quais enviaremos questionários. A expectativa é que o levantamento se amplie pelo efeito ‘bola de neve’”, disse, levando em conta o grande número de brasileiros que, desde 2010, já se articulam em redes nos Estados Unidos (leia mais sobre as redes de brasileiros nos Estados Unidos em:

<http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/01/10/conexoes-de-longa-distancia/>)

A coordenadora do projeto do Nepp sobre a rede de diáspora participará do encontro em Londres que reunirá especialistas em circulação internacional de talentos para avaliar maneiras de potencializar os benefícios de o Brasil contar com um número grande de brasileiros em instituições no país.

## Pesquisadores brasileiros no Reino Unido

“O Reino Unido é um dos principais destinos dos bolsistas do governo brasileiro”, disse Carlota Azevedo Bezerra Vitor Ramos, chefe dos Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica da embaixada brasileira em Londres.

A embaixada estima que vivem no Reino Unido cerca de 500 brasileiros estudantes de doutorado ou pesquisadores visitantes com financiamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e às Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos Estados, incluindo a

FAPESP.

“Não temos, atualmente, estimativa do número total de brasileiros presentes no Reino Unido na área de CT&I. É importante sublinhar que muitos não se registram no Consulado brasileiro, visto que têm passaporte europeu. O esforço que estamos levando adiante suprirá essa lacuna de informação”, disse Ramos.

Há muita convergência entre as áreas de concentração de acadêmicos brasileiros no Reino Unido e as áreas em que o Brasil se destaca na produção científica mundial.

“Por exemplo, sabemos que muitos cientistas e pesquisadores brasileiros trabalham na área das ciências biológicas, em convênio com centros de pesquisa e desenvolvimento em locais como GSK, Kew Gardens e Rothamsted Research. O Imperial College London, especializado na área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharias e Matemática), fundou um Brazil Forum para manter um registro e organizar a comunidade de 164 brasileiros atualmente ligados ou egressos, assim como não brasileiros que colaboram frequentemente com brasileiros”, disse Ramos.

Ela destaca que um parceiro importante da embaixada brasileira em Londres nessa iniciativa é a Associação de Brasileiros Estudantes de Pós-Graduação e Pesquisadores (Abep-UK), que há quase 40 anos agrega estudantes de pós-graduação e pesquisadores brasileiros residentes no Reino Unido.

“Entretanto, se levarmos em conta o universo de estudantes e pesquisadores brasileiros atualmente no país, a verdade é que apenas uma parte se afilia à Abep. A maior parte dos estudantes e pesquisadores vem ao Reino Unido e fica concentrada no círculo de contatos da sua instituição ou universidade, sobretudo dos departamentos em que estudam”, disse Ramos.

“Muitas vezes os brasileiros dentro de uma mesma instituição não se conhecem. O resultado é que temos excelentes acadêmicos brasileiros presentes no Reino Unido, nas mais diversas áreas do conhecimento, mas dispersos e relativamente pouco articulados entre si. É isso que queremos mudar”, disse.

A embaixada tem contato estreito com a comunidade acadêmica brasileira no Reino Unido, sobretudo por meio dos seus Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica. “Além de prestar apoio às consultas de pesquisadores e estudantes, também buscamos nos articular com as instituições que recebem nossos acadêmicos, de maneira a compreender suas necessidades, demandas e perfil”, disse.

Mantém também registro de vários cientistas brasileiros residentes em diferentes cidades do Reino Unido que auxiliam como pontos focais para engajamento da comunidade, que são chamados de “champions”. “Não raramente, temos a grata surpresa de encontrar pelo menos um cientista brasileiro nas visitas que frequentemente fazemos a centros de pesquisas e universidades daqui”, disse Ramos.

“Por meio da organização do encontro da diáspora científica brasileira no Reino Unido, buscaremos engajar a comunidade científica e acadêmica brasileira de forma articulada, que permita uma interlocução regular e dinâmica entre esses atores no longo prazo. Com base no mapeamento das redes e na criação da base de dados com os membros da

diáspora, queremos promover oficinas e encontros periódicos na Embaixada, voltados aos interesses e necessidades da comunidade”, disse a chefe dos Setores de Cooperação Educacional e Cooperação Científica da embaixada brasileira em Londres.

“Temos muito interesse em levar adiante uma cooperação de longo prazo com a FAPESP e com o Nepp da Unicamp, de maneira a utilizar esse conhecimento em prol das políticas públicas brasileiras de CT&I e avançar na interlocução da diáspora com suas contrapartes no Brasil”, disse.

“Ao conhecer melhor o perfil dos acadêmicos presentes no país, teremos melhores condições de compreender suas demandas e de que forma a embaixada pode ajudá-los a promover sua pesquisa. Consideramos importante, também, que esses atores usem a plataforma da diáspora para trocar informações entre si, facilitar trabalhos conjuntos e formar redes de apoio, sobretudo no acolhimento de estudantes e pesquisadores recém-chegados ao país”, disse Ramos.

Mais informações sobre o Workshop: Brazilian Diaspora of Science, Technology and Innovation in the UK: [www.fapesp.br/eventos/diaspora-uk](http://www.fapesp.br/eventos/diaspora-uk)

topo ↕

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

**Versão mais rigorosa do Escola Sem Partido é apresentada na Câmara**

**Texto coloca como direito dos alunos gravar as aulas e proíbe grêmios estudantis de fazerem atividade político-partidária**

BRASÍLIA — No primeiro dia de trabalhos legislativos no Congresso, uma nova versão do projeto Escola Sem Partido foi apresentada pela deputada Bia Kicis (PSL-DF). Mais rigoroso, o texto protocolado na segunda-feira coloca como direito dos alunos gravar as aulas, cria um canal para denúncias anônimas sobre o descumprimento da lei que deverão ser apuradas pelo Ministério Público e proíbe grêmios estudantis de fazerem "atividade político-partidária".

O texto da deputada, que é do mesmo partido o presidente Jair Bolsonaro, também aumentou o tamanho do cartaz com uma lista de "deveres do professor" que deve ser afixado, segundo o projeto, nas salas de aula: de 29,7 cm de largura por 21 cm de altura, passou agora para 42 cm por 59,4 cm. Destruir parcial ou totalmente esses cartazes ou não os colocar nas paredes será considerado ato de "improbidade administrativa", segundo o projeto atual.

Bia Kicis fez essas inclusões na redação da matéria e manteve outros dispositivos que já estavam presentes no projeto, arquivado em dezembro, com o fim da legislatura, após a comissão especial que o analisava não conseguir votá-lo. Permaneceu na proposta, por exemplo, o artigo dizendo que o "Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero".

Para a deputada, o novo texto não impede que assuntos como gênero e sexualidade sejam abordados, mas apenas diz que não pode haver proselitismo sobre esses temas.

— Ficamos dois anos debatendo o projeto na Câmara e fizemos uma limpeza no que poderia ser melhorado. No caso da ideologia de gênero, falava-se que não poderia tratar do assunto, tiramos e colocamos que não poderá ser feito qualquer tipo de proselitismo



em abordar questão de gênero, mas todo assunto pode ser tratado levando em consideração o amadurecimento sexual dos alunos — diz ela.

Questionada sobre dispositivos que protejam os professores de perseguições, a deputada afirmou que o projeto pretende apenas garantir o "direito das crianças".

— Não há nenhum tipo de perseguição a professores, o que queremos é proteger as crianças para que sejam tratadas com respeito e que seja prestigiada a liberdade de crença prevista na Constituição.

Reação à matéria

A deputada Tábata Amaral (PDT-SP), que articula uma frente pela Educação na Casa, teme que o Escola Sem Partido sequestre a pauta e impeça a discussão de matérias relevantes para a área.

— Quem é da área da Educação entende que o projeto em si não é um risco, porque no fim das contas ele não vai passar e, se passar, vai ser derrubado pelo STF. Mas temos a preocupação de que pautas ideológicas como essa tomem o espaço do debate — afirma a deputada. — Sempre ficamos pensando quem vai ser o próximo deputado que vai trazer isso para a pauta, fazer burburinho e vamos perder um mês de debate sobre o Fundeb, sobre formação de professores.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), que participou das discussões do projeto que foi arquivado no ano passado, afirmou que já havia expectativa de que tentariam reviver a proposta.

— Esse projeto parte de uma política de quem quer negar a democracia no Brasil. O país não pode permitir o retrocesso. É preciso ter na escola um espaço de proteção e construção de pensamento crítico.

O novo projeto prevê expressamente que os alunos gravem as aulas.

"É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola."

2) Limite aos grêmios

A nova redação estabelece que os grêmios estudantis não façam "atividade político-partidária"

"É vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária."

3) Tamanho do cartaz

O tamanho dos cartazes a serem afixados nas escolas, com os "deveres do professor", aumentou no projeto novo. Antes, a dimensão era de 29,7 cm de largura e 21 cm de altura. Agora, passou para 42 cm e 59,4 cm, respectivamente.

"As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 420

milímetros de largura por 594 milímetros de altura e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas."

#### 4) Punição

Não cumprir o dispositivo de afixar os cartazes, bem como removê-los ou destruí-los parcial ou totalmente é considerado "ato de improbidade" no novo projeto.

"Configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública o descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei, bem como a remoção indevida ou a destruição total ou parcial dos cartazes ali referidos."

#### 5) Canal de reclamações

O projeto estabelece que o poder público criará um canal de reclamações, assegurado o anonimato, sobre descumprimento da lei. Essas reclamações deverão ser encaminhadas ao Ministério Público para apuração.

"O Poder Público contará com canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato.

Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos direitos da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade."

topo 

### **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

#### **Professor é nomeado presidente do FNDE**

O professor Carlos Alberto Decotelli é o novo presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A nomeação foi publicada hoje (5) no Diário Oficial da União.

Autor de livros na área de educação e finanças, Decotelli integrou a equipe de transição, instituída após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Segundo nota do FNDE, ideias e estratégias debatidas na transição serão implementadas na autarquia.

Para Decotelli, o FNDE deverá sair da condição de "agente repassador para cooperador" na definição da política de aplicação do recursos da educação. "Maximizando potencialidades, adequações e responsabilidades na implementação dos programas já identificados pela sociedade brasileira como vitais ao crescimento humano, desenvolvimento intelectual e mobilidade entre escola e residência dos brasileiros", disse.

O FNDE é responsável pela maioria das ações e programas da educação básica do país, além de atuar na educação profissional e tecnológica e no ensino superior. A previsão orçamentária da autarquia neste é cerca de R\$ 52 bilhões.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a

melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo ↕

## AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

### **Educação e segurança pública serão prioridades do Podemos**

O líder do Podemos, deputado José Nelto, afirmou que o partido, que terá 11 deputados nesta legislatura, vai priorizar a educação e a segurança pública.

Segundo o parlamentar goiano é inadmissível que o país continue vivendo neste clima de insegurança.

"O país hoje passa por uma guerra civil veja o que está acontecendo no Rio de Janeiro, agora também no Ceará uma verdadeira guerra civil e quem é culpado? É o Estado porque o Estado é fraco, as leis são frágeis então o cidadão faz o que ele quer porque ele não é punido, então é preciso endurecer as leis penais no Brasil."

Sobre a lei anticrimes do Ministério da Justiça que vai ser encaminhada para a análise do Congresso, o líder do Podemos afirmou que o texto terá apoio do partido, uma vez que representa um anseio da sociedade, que ficou muito claro durante o processo eleitoral.

José Nelto destacou que o partido vai se empenhar também para tornar o Fundeb, fundo que financia a educação básica e pode acabar em 2020, um fundo permanente.

"Nós queremos criar um fundo soberano para a educação e esse fundo vai garantir escola boa, escola verdadeira, uma escola pública que possa atender o filho do rico, da classe média e o filho do trabalhador."

O partido defende também que os gastos do governo sejam reduzidos como forma de diminuir a carga tributária que chega a consumir 40 por cento do PIB nacional.

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Novo projeto de Escola sem Partido permite que aluno grave professor Texto protocolado na Câmara exclui escolas particulares e não veta abordagem de gênero na universidade**

Um novo projeto de Escola sem Partido foi apresentado já na abertura do ano legislativo, na segunda-feira (4). O texto atual traz novidades: quer assegurar aos estudantes o direito de gravar as aulas contra possíveis doutrinações e ainda regular as atividades de grêmios estudantis.

O texto do Projeto de Lei 246 foi protocolado na noite de segunda pela deputada Bia Kicis (PSL-DF). A ideia da parlamentar, no entanto, é que a discussão efetiva só ocorra após o trâmite das pautas econômicas do governo.

O novo projeto mantém as linhas gerais do que havia sido discutido no ano passado em uma comissão especial da Câmara e acabou arquivado. Alguns ajustes, entretanto, retiram e também acrescentam pontos polêmicos.

Kicis é cunhada do fundador do Movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib. Defensores do projeto entendem que ele busca a neutralidade na sala de aula contra uma



suposta doutrinação de esquerda que dominariam as escolas brasileiras.

Para os críticos, a ideia de uma lei é autoritária, limita a pluralidade de ideias nas escolas e ainda constrange professores. Não há evidências que indiquem que doutrinação seja um problema amplo. Decisões judiciais de várias instâncias e uma liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) já consideraram inconstitucionais projetos similares a este.

A nova redação do Escola sem Partido traz um artigo que assegura aos estudantes "o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola." Na prática, seria uma forma de os alunos gravarem casos de doutrinações.

No ano passado, uma deputada eleita pelo PSL pediu que alunos gravassem professores e os denunciassem. A Justiça determinou a retirada da mensagem, publicada nas redes sociais logo após a eleição de Bolsonaro. Essa decisão foi suspensa neste ano.

Várias redes de ensino proíbem o uso de celular na sala de aula. "[O projeto de lei] está ensinando o aluno a se proteger de um molestador", diz a deputada.

Um novo artigo fala sobre os grêmios, que são organizados por alunos e não por professores.

O artigo 8º diz: "É vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária". Segundo Bia Kicis, o artigo foi incluído para corrigir uma falha dos textos anteriores. "O grêmio fica dentro da escola, e é uma forma de os alunos exercitarem a cidadania", diz ela. "Se não a doutrinação que era na sala de aula só muda para o grêmio."

O novo projeto mantém a previsão de de um cartaz na sala de aula com os deveres do professor. Também declara que o poder público "não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero".

Mas, no texto anterior, a abordagem de gênero era totalmente vetada, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Esse trecho agora retirado, mantendo o veto ao que se chama de dogmatismo e proselitismo na abordagem. Também não usa o termo "ideologia de gênero", nunca usado por educadores.

As escolas particulares também ficam de fora dessa vez. Estariam sujeitos à lei apenas o sistema público, que inclui escolas e universidades municipais, estaduais e federais. "O projeto tentou melhorar todas as falhas do anterior", diz Kicis.

Havia previsão de análise no STF em novembro do ano passado, mas o presidente do Tribunal, ministro Dias Toffoli, mudou a ordem dos julgamentos e adiou indefinidamente o processo. Entendimento do Ministério Público Federal diz que o projeto é inconstitucional por impedir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, negar a liberdade de cátedra e contrariar a laicidade do Estado (por permitir no espaço público da escola visões morais e religiosas particulares).

O projeto de lei do Escola sem Partido foi discutido no ano passado em uma comissão especial. A ideia é que isso ocorra novamente neste ano.

Apesar de ter maioria no colegiado, os defensores do projeto não conseguiram mobilização suficiente para a aprovação. Isso ocorreu tanto por manobras da oposição quanto pela perda de apoio ao projeto. Nomes como o presidente do DEM, ACM Neto, e Olavo de Carvalho, já declararam ser contra uma lei como essa.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Comissões de verificação já impediram matrícula de 1,5 mil cotistas pelo país Bancas de instituições federais rejeitaram inscrições de alunos que teriam violado reserva de vagas a pretos e pardos**

RIO — Era novembro de 2017 quando Eduardo (nome fictício) recebeu uma carta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde estudava há dois anos, pedindo que se apresentasse à comissão de verificação criada para evitar fraudes na Lei de Cotas, aprovada em 2012.

Diante de uma banca de cinco pessoas, foi orientado a ficar calado, olhando para uma câmera, por 30 segundos. Duas semanas depois, recebeu a resposta: estava impedido de seguir matriculado. O estudante, que se autodeclarou pardo, entrou com recurso na própria UFRGS, e seu caso segue em aberto, enquanto tenta concluir curso na área médica.

— Mas ali perdi o interesse na faculdade. É complicado cursar algo sem saber se vai ficar ou se vai ser expulso. Foi humilhante, não te deixam falar nada, não falam os critérios da avaliação — relata o estudante, filho de um negro e uma branca, e o primeiro da família a ingressar em uma universidade pública.

Eduardo foi um dos primeiros brasileiros submetidos a uma comissão de verificação de cotas. Desde então, em todo o país, ao menos 1.526 matrículas foram rejeitadas após avaliações visuais, que checam as autodeclarações de alunos ingressantes por meio das políticas de ações afirmativas.

Das 104 instituições de ensino superior federal consultadas pelo GLOBO, 39 afirmaram já ter criado comissões de verificação — que, embora não sejam obrigatórias, são vistas por especialistas como um mecanismo para evitar fraudes no ingresso de estudantes cotistas. Outras 27 declararam atuar nesses casos apenas mediante denúncias, aceitando a autodeclaração para matrícula. As demais não responderam aos questionamentos da reportagem.

Das 39 comissões, 29 foram criadas apenas a partir de 2018 — ou seja, muitas delas estão realizando a primeira análise neste ano. As mais de 1,5 mil matrículas recusadas até agora consideram dados fornecidos por 14 instituições. Entre as universidades consultadas, o número de processos indeferidos varia de 5% a 30%, dependendo da região do país.

Na UFRGS, por exemplo, o número de possíveis fraudes evitadas por essa comissão chegou a 30% em 2018. Na Universidade Federal Fluminense (UFF), cerca de 440 alunos tiveram a matrícula indeferida desde 2017 — cerca de 10% do total de alunos

cotistas submetidos à banca.  
Investigados na UFRJ

Nos últimos anos, várias denúncias de fraude foram feitas a ouvidorias e ao Ministério Público Federal (MPF). Na Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 30 alunos são investigados. Em sua grande maioria, os casos estão relacionados aos cursos mais concorridos — Medicina e Direito. Coletivos negros engrossam o número de reclamações, mas encontram dificuldades na comprovação das irregularidades, que dificilmente geram expulsões.

Um dos principais obstáculos no desdobramento dessas denúncias, quando não há comissão, é a autodeclaração como único documento a ser aceito, como previsto na Lei de Cotas.

— Dificilmente há casos de expulsão (sem a comissão). As universidades foram coniventes até recentemente, entendendo que bastava a autodeclaração — opina Renato Machado, procurador regional dos Direitos do Cidadão do MPF no Rio de Janeiro, responsável por investigar algumas das denúncias recebidas na cidade do Rio.

A expansão das bancas ocorreu em 2018, após o Ministério do Planejamento criar uma normativa que a exige em casos de concurso público. A regra reacendeu o debate sobre como lidar com a definição de quem se enquadra dentro de cotas raciais. A falta de uma resolução por parte do Ministério da Educação (MEC) fez com que a fiscalização carecesse de padronização.

Segundo o MEC, “compete exclusivamente à instituição definir critérios a serem aplicados para candidatos que atendam suas políticas de ação afirmativa”.

Na maioria dos casos analisados, as comissões são compostas por cinco pessoas, divididos entre servidores, técnicos e alunos. Os critérios de formação pregam a diversidade de seus membros, priorizando a presença de negros na composição. São utilizados critérios fenotípicos (aparência) para aferição da condição autodeclarada.

— Todos os candidatos devem passar por análise prévia, tal como já vinha ocorrendo em concursos. Temos nos manifestado em ações propostas pelos candidatos que se sentem prejudicados. A UFRJ, por exemplo, vem retardando a implementação de controles — afirma Machado, que cobrou a instauração dessas comissões nas instituições do Rio, em 2018. No estado, a UFRJ foi a única federal que não adotou a recomendação.

Questionada pelo GLOBO, a UFRJ respondeu estar preparando uma comissão que adotará novos mecanismos para evitar fraudes ainda neste ano.

Não há consenso entre especialistas sobre a forma de funcionamento das comissões. Nem se cabe ao Estado definir quem é negro ou não. O diretor da ONG Educafro, Frei Davi, era a favor das autodeclarações como única forma de garantir as políticas afirmativas. Após denúncias de fraudes, passou a incentivar a instauração das bancas.

O diretor da Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara), Humberto Adami, aponta para necessidade de definir critérios e de se considerar a miscigenação presente em



todas as regiões do país.

— Em muitas ocasiões, a percepção de quem é preto ou pardo vai muito de quem está fazendo a apuração. Isso é uma dificuldade, mas não há outra forma, sempre alguém vai ter que decidir isso — afirma. — O que é um pardo no Rio Grande do Sul e o que é um na Bahia? Você precisa levar isso em consideração para evitar injustiças.

\* Estagiário, sob supervisão de Cristina Fibe

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **MEC quer impulsionar Projeto Rondon e retomar educação moral e cívica Em vídeo publicado no site do ministério, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez diz que vai dar muita ênfase ao ensino cívico**

O ministro Ricardo Vélez Rodríguez anunciou que quer "impulsionar" o Projeto Rondon, criado em 1968 e retomado em 2005, entre os estudantes do ensino superior. Ele também afirmou, em vídeo publicado no site do Ministério da Educação, que vai dar "muita ênfase" à educação moral e cívica em todos os segmentos de ensino do País.

"Estamos impulsionando de novo o Projeto Rondon em nível universitário para visitar as regiões menos desenvolvidas do País, que foram esquecidas pelo mercado e que precisam ser incorporadas à vida nacional", disse o ministro. Ele citou como exemplo a importância de uma ação do projeto em Roraima.

O Projeto Rondon, criado há 51 anos, tem como objetivo levar universitários para diferentes localidades brasileiras foi extinto em 1989, mas retomado em 2005 pelo Ministério da Defesa (MD). O projeto teve 51 editais publicados desde 2005, cada operação leva o grupo para desenvolver um trabalho específico na região selecionada.

Em agosto de 2018, o governo Michel Temer publicou um edital para as operações "Vale do Acre", em 10 municípios do Acre, e "João de Barro", em 15 cidades do Piauí, com previsão de início em junho de 2019. As instituições de ensino são selecionadas pelos projetos que apresentam, que devem propor ações que contribuam para o "desenvolvimento sustentável das comunidades, o bem-estar social e a qualidade de vida das comunidades carentes, usando as habilidades universitárias".

#### **Educação Moral**

O ministro também voltou a afirmar que vai priorizar a volta da educação moral e cívica nas escolas e universidades brasileiras. "Havia nas nossas antigas escolas primárias e secundárias, a educação moral e cívica. Depois, quando chegava ao ensino universitário, o aluno tinha a disciplina de estudo dos problemas brasileiros. Isso foi esquecido. Eu acho que seria necessário voltarmos a valorizar a educação para a cidadania, que é a base do comportamento da vida cidadã", diz.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Prouni 2019 divulga o resultado da primeira chamada; veja como consultar Segundo o MEC, 950 mil candidatos que fizeram o Enem 2018 se inscreveram para concorrer a uma das 243 mil bolsas de estudo parciais e integrais.**

Por G1

O resultado da primeira chamada da edição do primeiro semestre do Programa

Universidade para Todos (Prouni) 2019 foi divulgado nesta quarta-feira (6) pelo Ministério da Educação. A lista com os aprovados foi publicada na página do Prouni.

Os candidatos convocados na primeira chamada devem entregar, nas universidades para onde foram selecionados, os documentos comprovando o cumprimento dos requisitos e garantir a matrícula. O período para a comprovação começa nesta quarta e vai até o dia 14.

Calendário do Prouni 2019

A segunda chamada do Prouni será divulgada em 20 de fevereiro, e a entrega de documentos dos aprovados deve ser feita entre 20 e 27 de fevereiro.

O prazo para os candidatos não selecionados aderirem à lista de espera será nos dias 7 e 8 de março, e o resultado da lista de espera será divulgado em 11 de março.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Computação e Educação Física da Fagoc alcançam Conceito Enade 4**

### **O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes é uma prova aplicada pelo Ministério da Educação (MEC) para os alunos de cursos de ensino superior.**

Os cursos de Ciência da Computação e Educação Física (Licenciatura) da Fagoc foram avaliados com conceito 4 - em escala de 1 a 5 - no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). O resultado, divulgado no dia 08 de outubro de 2018, é referente a edição de 2017.

O Enade é uma prova que avalia estudantes concluintes de graduação em relação aos conteúdos previstos no currículo do curso e às competências e habilidades necessárias na profissão.

Além do Conceito Enade, foi divulgado também o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado (IDD). Nesse resultado, é mensurado o valor que a graduação agregou ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O curso de Computação foi IDD 4 e Educação Física (Licenciatura), IDD 3.

O coordenador do curso de Ciência da Computação da Fagoc, Sergio Murilo Stempliuic, acredita que a preparação foi o diferencial para o curso alcançar o resultado.

“Nós realizamos um trabalho de pesquisa sobre as matérias que mais caíram nas provas anteriores. Com o resultado destas pesquisas, foram feitos simulados que prepararam os alunos para a prova do Enade”, confirma Sergio.

Segundo a coordenadora do curso de Educação Física da Fagoc, Elizângela Fernandes Ferreira, desde que o aluno entra no primeiro período do curso, as provas são elaboradas no mesmo modelo das questões do Enade. Assim, ao realizar a avaliação, já está familiarizado com este tipo da prova.

“No último ano, o preparo foi mais intensificado. Alguns professores foram direcionados a trabalharem os conteúdos que caem no Enade voltados para a área da licenciatura”, declara Elizângela.

Os dois coordenadores destacaram a alegria dos professores ao terem conhecimento desses resultados. “Ficamos muito felizes em saber que todo o trabalho desempenhado por nós, professores, é levado a sério pelos alunos, que retribuem com esta nota”, afirma Sergio.

“Foi gratificante! Todos os professores ficaram muito felizes quando viram que o fruto do nosso trabalho e da nossa persistência elevaram esta nota”, completa Elizângela, ao destacar que a graduação havia obtido conceito 3 na última avaliação.

Vale lembrar que tanto o Conceito Enade como o IDD são indicadores que vão de 1 a 5. Todos os cursos da Fagoc possuem Conceito Enade igual ou superior a 3, notas que evidenciam o índice de qualidade de ensino oferecida aos estudantes.

Em 2018, os alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Jornalismo e Psicologia da Fagoc realizaram o Enade.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Faculdade de Ubá oferece curso superior em Estética e Cosmética Fagoc recebeu autorização do MEC com nota 4, em escala de 1 a 5.**

A Faculdade Governador Ozanam Coelho (Fagoc), localizada na cidade de Ubá, recebeu autorização do Ministério de Educação (MEC) para abrir o curso Estética e Cosmética em 2019. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União Portaria Nº 874.

Autorizado com conceito 4, em uma escala em que 5 é a nota máxima, o curso de Estética e Cosmética abrange as diversas áreas associadas a beleza, saúde e bem-estar. Serão oferecidas 120 vagas para a graduação tecnológica com aulas presenciais e duração de 3 anos. O início do semestre acontece no dia 11 de fevereiro.

Vale destacar que, só em 2018, a Fagoc teve outros dois cursos autorizados - Odontologia e Enfermagem. Ambos cursos também receberam nota 4 do MEC.

#### Vestibular Agendado Fagoc

Ainda é possível participar do Vestibular Agendado da Fagoc. Nesta etapa, o candidato escolhe o melhor dia e horário para fazer a prova.

São ofertadas vagas dos cursos de Administração, Ciência da Computação, Ciência Contábeis, Educação Física, (Bacharelado e Licenciatura), Enfermagem, Estética e Cosmética, Jornalismo, Odontologia (diurno e noturno), Pedagogia e Psicologia.

O candidato pode realizar sua prova de segunda a sexta-feira nos horários de 9h, 14h ou 19h. Caso escolha agendar para o sábado, a prova pode ser realizada às 8h ou às 14h. Inscrições pelo link: <http://bit.ly/vestiba2019-1>.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Professores são capacitados para ensinar italiano no fundamental em Jundiá Cerca de mil alunos do ensino fundamental vão aprender o idioma ainda no 1º semestre com o programa Escola Inovadora.**

A abertura oficial da II Semana de Atualização Pedagógica (SAP), realizada pela Unidade de Gestão de Educação (UGE), na segunda-feira (4), celebrou mais um avanço



para a educação de Jundiaí. Comemorando um ano do programa Escola Inovadora, a Prefeitura de Jundiaí firmou parceria com o Consulado Italiano no Brasil para a capacitação de 40 professores para o ensino da língua italiana aos alunos no Ensino Fundamental (a partir dos 6 anos).

Nesta primeira fase serão 40 salas, ou cerca de mil alunos, que terão contado com um terceiro idioma grade pedagógica, ainda no 1º semestre. Nas Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs), além da Língua Portuguesa, o inglês é ensinado às crianças a partir dos 4 anos de idade.

“É com muita alegria que firmamos esta parceria e apresentamos aqui, na SAP, um evento que é esperado pelos educadores que têm sede de conhecimento. Capacitar os professores para que possam ensinar o italiano para as crianças é mais uma iniciativa da Escola Inovadora para a preparação da nova geração para o futuro, que além do inglês, que foi incorporado na grade a partir dos 4 anos de idade, a língua italiana agrega conhecimento, cultura e é um diferencial para o mercado de trabalho”, detalha o prefeito Luiz Fernando Machado.

Para o cônsul geral da Itália em São Paulo, Filippo La Rosa, a formação da parceira com a Prefeitura de Jundiaí é resultado de planejamento e visão. “Essas parcerias dão resultado somente quando há seriedade. E isso tem aqui. O italiano é o quarto idioma mais estudado no mundo, não somente pela história, como pela potência econômica que representa”, detalha o cônsul geral da Itália em São Paulo, que participou, junto com o Embaixador da Itália no Brasil, Antonio Bernardini, da abertura da II SAP.

Além da importância para o futuro dos estudantes, a inclusão da língua italiana em sala de aula representa ampliação do repertório de cultura.

“A imigração e o quanto representa a Itália para a nossa cidade fará parte do currículo ainda neste primeiro semestre. A nossa geração de crianças potentes terão mais cultura, mais alegria, música, poesia história, riqueza de conhecimento. Jundiaí tem 7.1 de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mas podemos mais. E faremos”, detalha a gestora da UGE, Vasti Ferrari Marques.

As aulas serão oferecidas a 40 salas, para crianças entre 6 e 10 anos, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O objetivo é ampliar gradativamente a inserção do tema para as demais salas de aula.

topo 

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **Lucinha Araujo desmente frase de ministro da Educação atribuída a Cazuzo Ricardo Vélez Rodriguez atribuiu ao cantor a frase: "liberdade é passar a mão no guarda"**

São Paulo — Lucinha Araujo, mãe do cantor e compositor Cazuzo, divulgou nesta segunda-feira (4), uma carta aberta ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, desmentindo uma frase que ele atribuiu a seu filho.

Em entrevista à revista Veja da semana passada, o chefe do MEC disse que “liberdade não é o que pregava Cazuzo, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda”.

A frase, no entanto, é de autoria desconhecida, que foi popularizada pelos humoristas do

Casseta e Planeta nos anos 80.

Na carta, divulgada no site da Sociedade Viva Cazuza, Lucinha diz que considera inadmissível a citação.

“Se meu filho estivesse vivo tenho a certeza de que pediria piedade, mas como não sou ele e minha idade suprimiu os panos quentes, considero inadmissível uma pessoa ocupando o cargo que ocupa não ter a preocupação de citar uma pessoa pública sem compromisso com a verdade”, escreve.

Ameaça de processo

No final do texto, a mãe do artista, que desde de sua morte, em 1990, lidera a Sociedade Viva Cazuza, solicitou uma retratação pública de Vélez Rodriguez.

“Gostaria de deixar aberta a possibilidade de se retratar publicamente para que não seja necessário ter que tomar providencias jurídicas”, afirma.

Essa não foi a única polêmica da entrevista. Ao ser perguntado sobre porque defendia que a disciplina de educação moral e cívica voltasse para o currículo, ele disse: “necessário lembrar que existem contextos sociais diferentes e que as leis dos outros devem ser respeitadas. O brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo”.

Leia a pergunta ao ministro:

Veja — A liberdade de cátedra inclui ensinar marxismo, fascismo e liberalismo, ou o senhor discorda?

Ricardo Vélez Rodríguez — Liberdade não é fazer o que você deseja. Liberdade é agir, fazer escolhas dentro dos limites da lei e da moralidade. Fazer o que dá vontade não é ser livre. Isso é libertinagem. No Brasil, por força de ciclos autoritários, temos uma visão enviesada da liberdade. Liberdade não é o que pregava Cazuza, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda. Não! Isso é desrespeito à autoridade, vai para o xilindró. Nossas crianças e adolescentes devem ser formados na educação para a cidadania, que ensina como agir de acordo com a lei e com a moral.

Leia a carta na íntegra:

“Caro Sr. Ricardo Vélez Rodriguez, Ministro da Educação, se meu filho estivesse vivo tenho a certeza de que pediria piedade, mas como não sou ele e minha idade suprimiu os panos quentes, considero inadmissível uma pessoa ocupando o cargo que ocupa não ter a preocupação de citar uma pessoa pública sem compromisso com a verdade.

Não venho a público para discussão política, nesse momento, por mais que os discursos retrógrados, que agridem a liberdade individual dos cidadãos brasileiros em suas escolhas pessoais vão contra a todos os princípios pelos quais trabalho à frente da Viva Cazuza há 28 anos.

Cazuza foi um artista que deixou um legado através de sua obra, e isso não é a mãe do artista quem está dizendo, mas sim pela importância de sua obra, do número de novos artistas que a regravam, do quanto é tocado nos rádios, do quanto é baixado nos streamings, mesmo depois de 28 anos longe de nós. Se achar que é pouco, gostaria de

lembrar que Cazusa foi a primeira pessoa pública no Brasil a assumir sua condição de HIV positivo, o que possibilitou a luta pelo acesso universal do tratamento, o que fez do Brasil um país reconhecido mundialmente pelo programa de Aids e posteriormente imitado por outros tantos.

Posso vislumbrar que não seja prioridade do atual governo programas sociais que visem a igualdade de direitos, respeito as minorias, educação e saneamento básico como prioridades, mas respeito a democracia que elegeu o atual presidente e que lhe nomeou. Mas, não posso deixar que declarações levianas coloquem na boca de Cazusa o que ele nunca disse. Gostaria de deixar aberta a possibilidade de se retratar publicamente para que não seja necessário ter que tomar providencias jurídicas.

Atenciosamente,

Lucinha Araújo

Mãe de Cazusa e Presidente da Sociedade Viva Cazusa”

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **Governadores do Nordeste pressionam por revisão da reforma tributária Para eles, as obrigações para os estados e os municípios aumentaram, mas houve redução dos repasses dos fundos de participação dos Estados e Municípios**

Governadores do Nordeste estão reunidos hoje (6) em Brasília, na sede do escritório de representação do governo do Ceará, para discutir propostas de interesse da região que serão defendidas junto aos parlamentares. No Congresso Nacional, os chefes de Executivos estaduais devem concentrar esforços em temas como a revisão da reforma tributária.

A região defende o equilíbrio da distribuição de recursos entre os entes federados. Segundo os governadores, nos últimos anos, as obrigações para os estados e os municípios aumentaram enquanto houve constante redução dos repasses dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Uma das possibilidades defendidas pelo grupo para melhorar a arrecadação pública é “a tributação de bancos e de rendas do capital”.

Desde o final do ano passado, o grupo que compõe o Fórum dos Governadores do Nordeste, vem se reunindo para afinar um discurso em prol da região. O primeiro passo foi a elaboração de uma carta direcionada ao então presidente eleito Jair Bolsonaro.

No documento, reforçam pontos que devem voltar à mesa de negociações no encontro de hoje, agora concentrado na articulação com trabalhos legislativos.

Além de uma revisão tributária, os governadores também querem a prorrogação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb), que termina em 2020, e ampliação da participação da União no financiamento da educação básica. O programa estabelece apoio do governo federal às ações de educação nos estados e municípios.

Outra demanda do fórum é o desbloqueio das operações de créditos dos estados. O



grupo argumenta que com esses recursos seria possível viabilizar investimentos e o pagamento de precatórios judiciais.

topo ↕

## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Após ameaça de processo, ministro da Educação se retrata com mãe de Cazuza**  
**Na segunda-feira, Lucinha divulgou uma carta aberta para dizer que a menção de Vélez Rodriguez ao seu filho não era verdadeira**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, teve de se retratar após atribuir erroneamente uma frase ao cantor Cazuza, morto em 1990.

Pelo Twitter, Vélez Rodriguez comunicou que ligou para a mãe de Cazuza, Lucinha Araújo, para “desfazer o equívoco”.

“Liguei para Lucinha Araújo, mãe de Cazuza, para desfazer o equívoco de uma resposta que dei atribuindo a ele frase de um programa humorístico. A conversa foi tocante e combinamos uma visita a ela quando eu for ao Rio. O amor do coração de uma mãe por seu filho é algo valioso”, escreveu o ministro na rede social.

Mais cedo, Lucinha divulgou uma carta aberta para dizer que a menção de Vélez Rodriguez ao seu filho não era verdadeira, classificou o episódio como inadmissível e ameaçou processá-lo. Em entrevista à revista Veja, ele afirmou que Cazuza “pregava que liberdade é passar a mão no guarda”.

“Caro Sr. Ricardo Vélez Rodriguez, Ministro da Educação, se meu filho estivesse vivo tenho a certeza de que pediria piedade, mas como não sou ele e minha idade suprimiu os panos quentes, considero inadmissível uma pessoa ocupando o cargo que ocupa não ter a preocupação de citar uma pessoa pública sem compromisso com a verdade”, escreveu em um trecho. “Gostaria de deixar aberta a possibilidade de se retratar publicamente para que não seja necessário ter que tomar providências jurídicas”, concluiu Lucinha.

Na entrevista, Vélez Rodríguez citou Cazuza ao ser questionado sobre se liberdade não incluiria ensinar marxismo, fascismo e liberalismo.

“Liberdade não é fazer o que você deseja. Liberdade é agir, fazer escolhas dentro dos limites da lei e da moralidade. Fazer o que dá vontade não é ser livre. Isso é libertinagem. No Brasil, por força de ciclos autoritários, temos uma visão enviesada da liberdade. Liberdade não é o que pregava Cazuza, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda. Não! Isso é desrespeito à autoridade, vai para o xilindró”, disse Vélez Rodríguez.

topo ↕

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

**ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira**

O Ministério da Educação (MEC) divulgará nesta quarta-feira, 6, o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas. A lista dos selecionados poderá ser acessada na página oficial. (<http://sitepruni.mec.gov.br/>)

De acordo com MEC, serão ofertadas 243.888 bolsas, das quais 116.813 são integrais e 127.075 são parciais. O ministério informou que, nesta primeira edição, participam do programa 1.239 instituições de educação superior de todas as regiões do País. Aqueles

que forem pré-selecionados terão desta quarta-feira até o dia 14 para fazer a matrícula.

O processo seletivo para o ProUni tem como foco estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

Os candidatos que não forem selecionados na primeira chamada poderão ainda ser aprovados na segunda, que será divulgada no dia 20 de fevereiro. Quem não for escolhido, pode integrar a lista de espera nos dias 7 e 8 de março.

#### Documentos exigidos

Candidatos selecionados deverão fazer a matrícula na faculdade para as quais foram aprovados. Nesse momento, precisarão apresentar documentos como de identificação, comprovante de residência, comprovante de rendimentos dele e da família e comprovante de conclusão de ensino médio em escola pública ou de recebimento de bolsa de estudos durante o ensino médio em escola particular.

#### Chamadas

Serão feitas duas chamadas do ProUni e os resultados serão divulgados nos dias 6 e 20 de fevereiro. Os aprovados na primeira chamada terão de se apresentar nas faculdades para comprovar informações e prestar processo seletivo próprio da unidade, caso a entidade o tenha, entre os dias 6 e 14 de fevereiro. Para a segunda chamada, o prazo será de 20 a 27 de fevereiro.

O registro de aprovação ou reprovação no Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), assim como a emissão dos termos de concessão ou reprovação de bolsa serão feitos pelas instituições de ensino superior entre os dias 6 e 18 de fevereiro, para a primeira chamada, e 20 de fevereiro a 1º de março, para a segunda.

#### Lista de espera

Os candidatos também podem participar da lista de espera do ProUni, mas precisam se cadastrar no site do programa nos dias 7 e 8 de março. As faculdades terão como acessar a lista no dia 11 de março e os estudantes que se inscreverem devem se apresentar nas instituições nos dias 12 e 13 de março. O registro de aprovados e reprovados para a lista de espera do ProUni será realizado no período de 14 a 21 de março.

#### Nota

O MEC estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é que a nota da Redação deve ser maior do que zero.

topo ↕

#### **R7 - TEMPO REAL**

##### **ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira**

O Ministério da Educação (MEC) divulgará nesta quarta-feira, 6, o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas. A lista dos selecionados poderá ser acessada na página oficial. (<http://siteprouni.mec.gov.br/>)

De acordo com MEC, serão ofertadas 243.888 bolsas, das quais 116.813 são integrais e 127.075 são parciais. O ministério informou que, nesta primeira edição, participam do programa 1.239 instituições de educação superior de todas as regiões do País. Aqueles que forem pré-selecionados terão desta quarta-feira até o dia 14 para fazer a matrícula.

O processo seletivo para o ProUni tem como foco estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

Os candidatos que não forem selecionados na primeira chamada poderão ainda ser aprovados na segunda, que será divulgada no dia 20 de fevereiro. Quem não for escolhido, pode integrar a lista de espera nos dias 7 e 8 de março.

#### Documentos exigidos

Candidatos selecionados deverão fazer a matrícula na faculdade para as quais foram aprovados. Nesse momento, precisarão apresentar documentos como de identificação, comprovante de residência, comprovante de rendimentos dele e da família e comprovante de conclusão de ensino médio em escola pública ou de recebimento de bolsa de estudos durante o ensino médio em escola particular.

#### Chamadas

Serão feitas duas chamadas do ProUni e os resultados serão divulgados nos dias 6 e 20 de fevereiro. Os aprovados na primeira chamada terão de se apresentar nas faculdades para comprovar informações e prestar processo seletivo próprio da unidade, caso a entidade o tenha, entre os dias 6 e 14 de fevereiro. Para a segunda chamada, o prazo será de 20 a 27 de fevereiro.

O registro de aprovação ou reprovação no Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), assim como a emissão dos termos de concessão ou reprovação de bolsa serão feitos pelas instituições de ensino superior entre os dias 6 e 18 de fevereiro, para a primeira chamada, e 20 de fevereiro a 1º de março, para a segunda.

#### Lista de espera

Os candidatos também podem participar da lista de espera do ProUni, mas precisam se cadastrar no site do programa nos dias 7 e 8 de março. As faculdades terão como acessar a lista no dia 11 de março e os estudantes que se inscreverem devem se apresentar nas instituições nos dias 12 e 13 de março. O registro de aprovados e reprovados para a lista de espera do ProUni será realizado no período de 14 a 21 de março.

#### Nota

O MEC estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é que a nota da Redação deve ser maior do que zero.

topo ↕

**TERRA - TEMPO REAL**

**ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira**



## **Candidatos selecionados deverão fazer a matrícula até o dia 14; resultado da 2ª chamada será divulgado no dia 20 de fevereiro**

O Ministério da Educação (MEC) divulgará nesta quarta-feira, 6, o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas. A lista dos selecionados poderá ser acessada na página oficial.

De acordo com MEC, serão ofertadas 243.888 bolsas, das quais 116.813 são integrais e 127.075 são parciais. O ministério informou que, nesta primeira edição, participam do programa 1.239 instituições de educação superior de todas as regiões do País. Aqueles que forem pré-selecionados terão desta quarta-feira até o dia 14 para fazer a matrícula.

O processo seletivo para o ProUni tem como foco estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

Os candidatos que não forem selecionados na primeira chamada poderão ainda ser aprovados na segunda, que será divulgada no dia 20 de fevereiro. Quem não for escolhido, pode integrar a lista de espera nos dias 7 e 8 de março.

### Documentos exigidos pelo ProUni

Candidatos selecionados deverão fazer a matrícula na faculdade para as quais foram aprovados. Nesse momento, precisarão apresentar documentos como de identificação, comprovante de residência, comprovante de rendimentos dele e da família e comprovante de conclusão de ensino médio em escola pública ou de recebimento de bolsa de estudos durante o ensino médio em escola particular. Para mais informações sobre a documentação, consulte a portaria do Ministério da Educação.

### Chamadas

Serão feitas duas chamadas do ProUni e os resultados serão divulgados nos dias 6 e 20 de fevereiro. Os aprovados na primeira chamada terão de se apresentar nas faculdades para comprovar informações e prestar processo seletivo próprio da unidade, caso a entidade tenha, entre os dias 6 e 14 de fevereiro. Para a segunda chamada, o prazo será de 20 a 27 de fevereiro.

O registro de aprovação ou reprovação no Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), assim como a emissão dos termos de concessão ou reprovação de bolsa serão feitos pelas instituições de ensino superior entre os dias 6 e 18 de fevereiro, para a primeira chamada, e 20 de fevereiro a 1º de março, para a segunda. O calendário do programa pode ser consultado aqui.

### Espera

Os candidatos também podem participar da lista de espera do ProUni, mas precisam se cadastrar no site do programa nos dias 7 e 8 de março. As faculdades terão como acessar a lista no dia 11 de março e os estudantes que se inscreverem devem se apresentar nas instituições nos dias 12 e 13 de março. O registro de aprovados e reprovados para a lista de espera do ProUni será realizado no período de 14 a 21 de março.

### Nota

O MEC estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é que a nota da Redação deve ser maior do que zero.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Professor é nomeado presidente do FNDE**

O professor Carlos Alberto Decotelli é o novo presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A nomeação foi publicada hoje (5) no Diário Oficial da União.

Autor de livros na área de educação e finanças, Decotelli integrou a equipe de transição, instituída após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Segundo nota do FNDE, ideias e estratégias debatidas na transição serão implementadas na autarquia.

Para Decotelli, o FNDE deverá sair da condição de "agente repassador para cooperador" na definição da política de aplicação do recursos da educação. "Maximizando potencialidades, adequações e responsabilidades na implementação dos programas já identificados pela sociedade brasileira como vitais ao crescimento humano, desenvolvimento intelectual e mobilidade entre escola e residência dos brasileiros", disse.

O FNDE é responsável pela maioria das ações e programas da educação básica do país, além de atuar na educação profissional e tecnológica e no ensino superior. A previsão orçamentária da autarquia neste é cerca de R\$ 52 bilhões.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **ProUni 2019: resultado da 1ª chamada será divulgado nesta quarta-feira**

O Ministério da Educação (MEC) divulgará nesta quarta-feira, 6, o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas. A lista dos selecionados poderá ser acessada na página oficial. (<http://siteprouni.mec.gov.br/>)

De acordo com MEC, serão ofertadas 243.888 bolsas, das quais 116.813 são integrais e 127.075 são parciais. O ministério informou que, nesta primeira edição, participam do programa 1.239 instituições de educação superior de todas as regiões do País. Aqueles que forem pré-selecionados terão desta quarta-feira até o dia 14 para fazer a matrícula.

O processo seletivo para o ProUni tem como foco estudantes egressos do ensino médio na rede pública ou de escolas particulares caso tenham sido bolsistas integrais, pessoas com deficiência e professores da rede pública. O candidato também precisa ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

Os candidatos que não forem selecionados na primeira chamada poderão ainda ser aprovados na segunda, que será divulgada no dia 20 de fevereiro. Quem não for escolhido, pode integrar a lista de espera nos dias 7 e 8 de março.

Documentos exigidos

Candidatos selecionados deverão fazer a matrícula na faculdade para as quais foram

aprovados. Nesse momento, precisarão apresentar documentos como de identificação, comprovante de residência, comprovante de rendimentos dele e da família e comprovante de conclusão de ensino médio em escola pública ou de recebimento de bolsa de estudos durante o ensino médio em escola particular.

## Chamadas

Serão feitas duas chamadas do ProUni e os resultados serão divulgados nos dias 6 e 20 de fevereiro. Os aprovados na primeira chamada terão de se apresentar nas faculdades para comprovar informações e prestar processo seletivo próprio da unidade, caso a entidade o tenha, entre os dias 6 e 14 de fevereiro. Para a segunda chamada, o prazo será de 20 a 27 de fevereiro.

O registro de aprovação ou reprovação no Sistema Informatizado do Prouni (Sisprouni), assim como a emissão dos termos de concessão ou reprovação de bolsa serão feitos pelas instituições de ensino superior entre os dias 6 e 18 de fevereiro, para a primeira chamada, e 20 de fevereiro a 1º de março, para a segunda.

## Lista de espera

Os candidatos também podem participar da lista de espera do ProUni, mas precisam se cadastrar no site do programa nos dias 7 e 8 de março. As faculdades terão como acessar a lista no dia 11 de março e os estudantes que se inscreverem devem se apresentar nas instituições nos dias 12 e 13 de março. O registro de aprovados e reprovados para a lista de espera do ProUni será realizado no período de 14 a 21 de março.

## Nota

O MEC estabelece que a nota mínima para participar no ProUni é de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas do exame e, depois, dividindo por cinco. Outra exigência é que a nota da Redação deve ser maior do que zero.

topo 

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Governadores do Nordeste definem prioridades que vão ao Congresso

Governadores do Nordeste estão reunidos hoje (6) em Brasília, na sede do escritório de representação do governo do Ceará, para discutir propostas de interesse da região que serão defendidas junto aos parlamentares. No Congresso Nacional, os chefes de Executivos estaduais devem concentrar esforços em temas como a revisão da reforma tributária.

A região defende o equilíbrio da distribuição de recursos entre os entes federados. Segundo os governadores, nos últimos anos, as obrigações para os estados e os municípios aumentaram enquanto houve constante redução dos repasses dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Uma das possibilidades defendidas pelo grupo para melhorar a arrecadação pública é "a tributação de bancos e de rendas do capital".

Desde o final do ano passado, o grupo que compõe o Fórum dos Governadores do Nordeste, vem se reunindo para afinar um discurso em prol da região. O primeiro passo foi a elaboração de uma carta direcionada ao então presidente eleito Jair Bolsonaro. No documento, reforçam pontos que devem voltar à mesa de negociações no encontro de



# CLIPPING



hoje, agora concentrado na articulação com trabalhos legislativos.

Além de uma revisão tributária, os governadores também querem a prorrogação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb), que termina em 2020, e ampliação da participação da União no financiamento da educação básica. O programa estabelece apoio do governo federal às ações de educação nos estados e municípios.

Outra demanda do fórum é o desbloqueio das operações de créditos dos estados. O grupo argumenta que com esses recursos seria possível viabilizar investimentos e o pagamento de precatórios judiciais.

